



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - GRUPOS DE EXTERMÍNIO NO NORDESTE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2155/03	DATA: 02/12/03
INÍCIO: 14h22min	TÉRMINO: 18h20min	DURAÇÃO: 3h58min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h47min	PÁGINAS: 64	QUARTOS: 46

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

TOMÁS BALDUINO - Presidente da Comissão Pastoral da Terra.  
ROBERTO GERALDO PEREIRA - Titular da Delegacia de Homicídios em Recife, Estado de Pernambuco.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento; apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa e reaberta 2 vezes.  
Há oradores não identificados  
Há intervenção inaudível.  
Grafia não confirmada: Lôndrig (pág. 13).



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da reunião anterior a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade da sua leitura.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado José Pimentel. Em discussão a ata. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada. Expediente. Fiz distribuir cópias da síntese das correspondências recebidas pela CPI, as quais encontram-se à disposição dos senhores membros para análise na Secretaria da Comissão. Ordem do Dia. Audiência pública com os convidados Bispo Tomás Balduino, Presidente da Comissão Pastoral da Terra, e Roberto Geraldo Pereira, Delegado Titular da Delegacia de Homicídios em Recife, Estado de Pernambuco. Item 2. Apreciação de requerimentos. *(Pausa.)* Solicito aos convidados que tomem assento à mesa. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, o pessoal da TV que vai gravar este depoimento solicita a V.Exa. que suspenda por 5 minutos a sessão, a fim de que eles possam preparar o equipamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Está suspensa a sessão, a pedido do Relator, Deputado Luiz Couto.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Está reaberta a sessão. Esta audiência pública decorre da aprovação dos Requerimentos 3 e 28, ambos de autoria do Deputado Luiz Couto. Os Deputados que quiserem fazer uso da palavra devem se inscrever junto à Secretária da Comissão. Passo a palavra ao Bispo Tomás Balduino, por 20 minutos, prorrogáveis, caso seja necessário. Tem a palavra S.Exa. Revma.

**O SR. TOMÁS BALDUINO** - Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Srs. Deputados, senhores ouvintes, é com satisfação que a CPT atende a esta convocação, oportunidade de trazer a esta instância respeitável os fatos das milícias privadas e grupos de extermínio na região do Nordeste. Eu faria



apresentação, primeiro o quadro geral da Paraíba, depois, de Pernambuco. Em cada quadro, uma situação geral, depois, casos específicos que vêm acontecendo, mas, antes, devo dizer, como Presidente da CPT, que conheço a realidade de vários Estados do Brasil. A situação do Nordeste é conhecida pela impunidade e envolvimento de políticos e membros do Poder Judiciário como principal sustentáculo da violência no campo. Durante a história de luta pela terra, a pressão social pela reforma agrária, a distribuição de terras tem provocado, naturalmente, reações violentas por parte dos setores latifundiários e de algumas autoridades locais, que são responsáveis pela maior parte dos conflitos no campo. Os grupos sociais de defesa do direito à terra vêm demonstrando em relatórios, seja no âmbito nacional ou internacional, que a ação violenta se direcionou no ano de 2002 e 2003 às lideranças de terra para defenderem seus direitos diante de defensores de direitos humanos. Os proprietários, arrendatários e grileiros, para defenderem seus interesses, sempre fizeram uso da força, da violência, através de milícias privadas, pequenos exércitos particulares — grupos de homens armados, contando quase sempre com a participação de policiais civis e militares — e assim perseguem e praticam todo tipo de violência contra trabalhadores e trabalhadoras rurais, agentes da Comissão Pastoral da Terra e lideranças em geral. No Estado da Paraíba e de Pernambuco é público e notório a relação entre latifundiários, milícias privadas, policiais civis, no caso da Paraíba, e policiais militares, no Estado de Pernambuco, e suas mais nocivas relações que permitem, na omissão dos Estados, a prática desses abusos, surgirem ramificações que abraçam o tráfico de drogas e a existência de grupos de extermínio. Tenho conhecimento da existência de 3 CPIs nos Estados citados. No Estado da Paraíba, duas CPIs retratam um quadro de extrema violência contra a população mais carente. A CPI da formação de milícias privadas, que apurou violências contra trabalhadores rurais no campo, identificou participantes de milícias privadas e seus patrocinadores, mas até o momento ninguém foi punido. A CPI de policiais civis, militares, latifundiários e membros do Judiciário, em especial o Sr. Julio Paulo Neto, atual Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, era uma das pessoas identificadas como sustentáculo para a perpetuação da violência no Estado da Paraíba. Uma outra CPI, no Estado da Paraíba, sobre o narcotráfico, utilizando elementos identificados pela CPI do



Estado de Pernambuco, que apurou a existência de grupos de extermínio, pistolagem, roubo de cargas e narcotráfico. Essas informações traçaram um mapa detalhado sobre assassinatos na região, que compreende a fronteira dos Estados de Pernambuco e Paraíba. Entremos, então, agora no Estado da Paraíba, a situação geral, o surgimento de áreas de conflitos na Paraíba, palco de violência e violação dos direitos humanos dos trabalhadores e trabalhadoras, está ligado ao uso e posse de propriedades rurais, quase todas improdutivas, subaproveitadas e que não cumprem função social. O setor de segurança pública do Estado da Paraíba sempre atuou como aliado dos proprietários da terra, os grandes, seja através da participação direta dos seus membros, em grupos de milícias privadas, ou através de sua conivência, através de práticas que vão desde à colocação de obstáculos no registro de queixas, obstaculando, e na apuração de fatos, até a realização de prisões arbitrárias contra trabalhadores. O Poder Judiciário é outro fator preocupante para a reclusão dos trabalhadores rurais, através de mandados de prisão e acusações de formação de quadrilha, desobediência, ameaça à autoridade, porte ilegal de arma, entre outros. A prisão de 8 trabalhadores rurais de Mogeiro, na Paraíba, que será apresentada neste relatório, é um exemplo deste tipo de prática. Quadro geral da CPI da Violência no Campo e CPI do Narcotráfico. A Comissão Parlamentar de Inquérito, que apurou denúncias sobre violência no campo e formação de milícias no Estado da Paraíba, que ficou conhecida como CPI da Violência no Campo, foi aprovada pelo Requerimento nº 5.938, de 200, e foi instalada no dia 8 de maio de 2001. A referida Comissão comprovou a existência de milícias privadas no campo, a participação de policiais civis e militares nesses grupos, bem assim a forma de atuação e as violências por eles praticadas. D. Marcelo Carvalheira, Arcebispo da Paraíba, ao depor na CPI da Violência no Campo, informou que a Comissão Pastoral da Terra identificou a existência de 6 grupos de milícia privada, sendo 2 deles liderados, respectivamente, pelo policial civil Sérgio de Souza Azevedo, e o outro, por Cláudio Félix da Silva. O relatório final da CPI foi aprovado pela Assembléia Legislativa da Paraíba em março de 2002 e conclui, dentre outros, que: (a) os conflitos rurais existentes entre trabalhadores rurais e latifundiários na Paraíba levaram ao registro de inúmeros incidentes e intimidações contra os trabalhadores rurais; (b) a responsabilidade por essa



violência no campo decorre, na grande maioria dos casos, da atuação das milícias privadas formadas e armadas pelos latifundiários; (c) nestas milícias, a participação da polícia é inegável; (d) nas investigações efetuadas foi possível perceber que os latifundiários da Paraíba ainda compõem a oligarquia mais conservadora do Estado, possuindo ligações estreitas com autoridades públicas do Estado, desde Delegados, passando por Promotores, Juízes, Secretários do Governo Estadual — mais especificamente na Secretaria de Segurança Pública — e membros do Tribunal de Justiça — Desembargadores — e da Procuradoria Geral do Estado. Uma das conclusões do relatório final sobre a situação de Mogeiro/Itabaiana, de grupo que lá atua, configura-se como o mais bem estruturado da Paraíba, haja vista a articulação de vários proprietários da região em torno de um grande grupo de pistoleiros, comandados pelo policial civil Sérgio de Souza Azevedo, lotado na Secretaria de Segurança Pública da Capital. Os principais palcos da violência são as fazendas, relacionadas nesse relatório. Outra forma de violência contra os trabalhadores rurais, que se tornou uma prática nos acampamentos, foi o incêndio de casas. Então, tomemos como exemplo específico a Fazenda Cafundó. No dia 05 de janeiro de 2003, ocorreu a invasão de 2 veículos de pistoleiros no acampamento Zumbi dos Palmares, antiga Fazenda Cafundó, já desapropriada, na Paraíba. Os capangas chegaram ao local por volta das 3h da manhã, saltaram dos carros e queimaram os barracos. Além disso, espancaram os acampados que quiseram fazer algo para impedir a ação. Foram reconhecidos esses capangas como os mesmos que já vêm, há muito tempo, provocando tiroteios, perseguindo e ameaçando lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Outra. Detenção arbitrária e tortura de 8 trabalhadores rurais em maio de 2002 em Mogeiro, Paraíba. No dia 22 de maio de 2002, as 93 famílias de trabalhadores rurais, acampadas na Fazenda Mendonça, Município de Mogeiro, Paraíba, foram surpreendidas por uma ostensiva ação policial. Os agricultores que voltavam de suas roças depararam com vários policiais armados, dentro de viaturas, com sirenes ligadas, fato que causou um clima de forte tensão e insegurança. Como resultado dessa operação policial, foram presos os trabalhadores Antônio Francisco da Silva, Ivanildo Francisco da Silva, José Luiz dos Santos, Severino dos Ramos dos Santos e José Inácio da Silva, sem que se fosse apresentada qualquer justificativa. Os 5 trabalhadores foram arrastados de forma



violenta, jogados dentro de um camburão e levados para a Delegacia de Polícia do Município de Mogeiro. De lá foram transferidos para a Central de Polícia de João Pessoa, Paraíba. Logo após a prisão destes 3 agricultores na Fazenda Mendonça, alguns policiais colocaram sacos plásticos em suas cabeças, tentando asfixiá-los e, desta forma, força-los a confessarem a autoria do crime de que eram acusados. Os trabalhadores foram também pisoteados e receberam outras formas de tortura física e psicológica. Antes de serem encaminhados para a Central de Polícia, os 3 trabalhadores ficaram detidos na Secretaria de Segurança Pública da Paraíba por cerca de 2 horas, ocasião em que receberam vários tapas nos ouvidos, na face e nas costas. Na Paraíba, há 60 pessoas ameaçadas de morte, dentre trabalhadores e trabalhadoras rurais, agentes pastorais e até Deputados ligados à luta pela reforma agrária. Caso da Fazenda São José. No dia 15 de setembro de 2002, por volta das 10h30min, um grupo de milícia privada, liderado pelo proprietário da fazenda, Sr. Marcos Antonio Mota Barbosa, de alcunha "administrador", Jivago Yuri Quirino Henrique, 34 anos; e mais Luciano do Nascimento Gomes, 18 anos; Maurício Silva Barros, 18 anos, um jovem de 17 anos, além de 2 outros conhecidos apenas por "Russo" e "Pequeno", se aproximaram do acampamento dos trabalhadores e trabalhadoras da Fazenda São José, em uma camionete tipo D-20 — os 2 primeiros dentro da cabine e os demais em cima da carroceria — e começaram a efetuar disparos de armas de fogo contra o acampamento e os acampados. Os acampados fugiram desesperados. Cláudio Rodrigues foi atingido por um tiro de 12 quando tentava pegar sua filha de um ano. O disparo o atingiu nas costas, na altura da cintura. E José Jorge da Silva também foi atingido por um disparo de 12, que o atingiu nas costas e no braço. Ambos foram socorridos e levados para o Hospital de Trauma de João Pessoa. Os feridos fizeram exame de corpo delito no final da manhã do dia 16 de setembro. Marcos Antonio Mota Barbosa portava um revólver calibre 38; Jivago Yuri Quirino Henrique portava uma espingarda 12, Luciano do Nascimento Gomes, um rifle 44, Maurício Silva Barros, uma espingarda 12, o menor portava um rifle 22 adaptado, "Russo" portava uma espingarda calibre 12 e "Pequeno", também uma calibre 12. Como se tudo isso não bastasse, Marco Antonio e Jivago Yuri desceram do carro — reconhecidos pelos acampados — munidos de um tonel plástico com combustível e tochas e atearam fogos em todas as barracas,



enquanto os demais continuavam atirando para que os trabalhadores não se aproximassem. Em pouco tempo tudo se queimou. Todos os bens dos acampados: móveis, bicicletas, uma moto, roupas, documentos, os animais que estavam amarrados no acampamento e nas proximidades. Tudo destruído. Pela manhã do dia 04 de junho de 2003, cerca de 1.500 trabalhadores sem terra estavam trabalhando em mutirão na Fazenda São José, quando foram surpreendidos por um grupo de capangas fortemente armados, comandados pelo proprietário da fazenda, Marcos Napoleão. Os capangas atacaram as famílias sem terra disparando vários tiros. O trabalhador Antônio Alves da Silva, 43 anos, foi morto e 10 sem terra ficaram feridos, 3 deles gravemente — duas mulheres, incluindo uma adolescente de 14 anos, e um homem. O proprietário Marcos Napoleão é conhecido na Paraíba como traficante de armas e teve sua casa vistoriada pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa, que apurou denúncias de violência no campo e formação de milícias privadas no Estado da Paraíba. Na ocasião, foram apreendidas várias armas de fogo e munições. Os latifundiários da Paraíba e seus protetores dos órgãos públicos envergonham o nosso País. Numerosas delegações estrangeiras, representando entidades de prestígio internacional, visitaram as áreas de conflito do Estado, testemunhando e denunciando o horror de violência e o desrespeito aos direitos humanos na Paraíba. Os casos mais graves já se encontram na Comissão dos Direitos Humanos da ONU e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Passemos agora a Pernambuco. Vai dar um tempinho, Presidente? *(Pausa.)* Situação geral. A violência no Estado de Pernambuco se demonstra da mesma forma do que no Estado da Paraíba. Podemos inicialmente nos ater aos fatos ocorridos no que tange à mata norte. Esta zona canavieira, que faz fronteira com Estado da Paraíba, assim como foi demonstrado durante a abordagem de grupos de extermínio e narcotráfico na Paraíba, faz parte de uma das áreas mais violentas do Brasil, extremamente influenciada por uma cultura aliada à idéia da Idade Média, quando existiam feudos e senhores feudais, como é o caso que mais adiante trataremos do Grupo João Santos e o caso do Engenho Prado. Em Pernambuco, a milícia privada vem agindo de forma mais silenciosa do que no Estado da Paraíba, porém, é muito evidente que vários capangas, como por exemplo da Usina Santa Tereza, Município de Tracunhaém, onde fica localizado o



Engenho Prado, são polícias civis e militares do Estado vizinho que, nos dias de folga, ganham algum dinheiro fazendo serviços de milícia privada. Também é fácil constatar a influência e o controle que o Grupo João Santos detém sobre a Polícia Militar do Estado de Pernambuco, em especial no 2º Batalhão de Polícia Militar do Município de Nazaré da Mata e no 17º Batalhão da Polícia Militar, localizado no Município de Paulista. Nas últimas semanas do corrente ano, pudemos constatar que o Grupo João Santos possui ramificações e enorme poder de influência na Secretária de Defesa Social, local onde o único helicóptero lhe ficou disponível para que fosse feita uma ação de pavor nos acampamentos pertencentes aos trabalhadores rurais ligados ao MST e à CPT. Segundo: ameaças de morte a agentes da Comissão Pastoral da Terra e situação de terror na Usina Aliança. As famílias que moram e trabalham nos engenhos da Usina Aliança, há anos, vem sofrendo todo tipo de violência. Desde o ano de 1999, a CPT e o MST vem denunciando às autoridades estaduais e federais. As famílias vêm sendo ameaçadas e proibidas de plantar. Os proprietários de terra da região agora têm como alvo principal o Padre Tiago Thorlby. Os assentados do assentamento Zumbi dos Palmares ouviram, no centro da cidade de Aliança, pistoleiros conversando e dizendo que o alvo é o Padre Tiago. A história que se conta na cidade é que os proprietários foram na delegacia e disseram que, se os trabalhadores continuarem resistindo, vão acabar com o padre, pois é o padre que orienta para que as famílias não saiam da terra dos engenhos da Usina. Padre Tiago trabalha há nada menos que 35 anos como missionário no Brasil. É um atuante e respeitado integrante da Comissão Pastoral da Terra e defende os direitos humanos e a reforma agrária. A violência mais recente contra líderes nos engenhos da Usina Aliança são: 18 de outubro de 2003, Ivanildo Ferreira de Lima, 25 anos, assassinado por 3 homens de moto; 28 de outubro de 2003, Severino Luis da Silva, 28 anos, teve de ser retirado da região, tais foram as ameaças de morte contra ele; 19 de novembro de 2003, Severino José da Silva, 64 anos, assassinado dentro de sua própria casa por 5 elementos vestidos de preto e encapuzados e que ainda insistiram em saber o paradeiro da outra liderança. Nessa região se situam os 22 engenhos da Usina Aliança. São 7.300 hectares de terras da Usina Aliança, declaradas improdutivas pelo INCRA e pela Justiça Federal, no Município do mesmo nome. São palco de



uma enorme fraude perpetrada pelo Grupo Pessoa de Melo. Em valores de 1998, a fraude envolve mais de 245 milhões de dólares: fraude contra o Fisco federal, contra o Fisco de Pernambuco e contra os direitos trabalhistas de mais de 5 mil trabalhadores e moradores nos 22 engenhos, que foram abandonados pela Usina quando faliu em 96. Faliu de fato, mas a falência judicial nunca foi decretada, favorecendo as fraudes. Mesmo fechada e falida, a Usina tentou expulsar os moradores através de fraudes trabalhistas que nunca foram investigadas pelo Ministério Público do Trabalho, apesar de denunciadas pelos trabalhadores e pela CPT. Posteriormente, a Usina tentou comprar os minifúndios, que impôs aos moradores, através de “laranjas”, para desmobilizar e enfraquecer a organização dos trabalhadores e para reunificar os imóveis sem mais dívidas. Uma fraude perfeita. Engenho Prado. Aqui me detenho um pouco mais. Eles inclusive estiveram acampados por ocasião da chegada da marcha. Se tornam, então, como que uma referência da iniquidade ali instalada e impune. Em 25 de março de 2003, o Grupo São João, proprietário da Usina Santa Teresa, *TV Tribuna* e fábricas de cimento em Pernambuco, despejou, de forma violenta, com seguranças e tratores, Luis Otávio Neto, que era rendeiro do Engenho do Prado, situado em Tracunhaém, Município composto por 32 engenhos e 170 propriedades, Estado de Pernambuco. A ação contou com a participação de um Oficial de Justiça e mais de 100 policiais fortemente armados, que destruíram as casas do rendeiro e de moradores e suas lavouras, espalhando pânico entre os moradores. Nessa área, moram 300 famílias de trabalhadores rurais que plantam na região para seu sustento, há mais de 6 anos. Em meio a ação policial, testemunhas, como Severina Maria dos Santos, D. Biu, escutaram os policiais militares dizendo que queriam a cabeça do Padre Tiago, dentre outros integrantes da Comissão Pastoral da Terra. O comandante da operação, coronel Matos, do 2º Batalhão da Polícia Militar de Pernambuco, escutou as ameaças de morte sem se manifestar. O acampamento Engenho Prado foi cercado por policiais fortemente armados em apoio à Usina Santa Teresa, pertencente ao Grupo João Santos. Os tratores da Usina destruíram as plantações das famílias acampadas. No dia 25 de março, foi feito um acordo entre representantes da Usina, superintendente do INCRA e representantes dos trabalhadores, que a Usina não destruiria as plantações das famílias. No mesmo dia,



a Usina não só começou a destruir as lavouras como ameaçou de morte e despejou alguns coordenadores locais dos acampamentos, como foi o caso de Luíza Cavalcante. Na área, moram 300 famílias de trabalhadores rurais. Há seis anos que as famílias plantam e tiram seu sustento da terra. Este engenho, o Prado, já foi desapropriado em 1999, e o Grupo João Santos, com seu poderio, conseguiu no Supremo Tribunal Federal anular o decreto de desapropriação. No dia 25 de março, a Usina Santa Tereza despejou, de forma violenta, com seguranças e tratores, Luis Otávio Neto, que era rendeiro do engenho. No despejo do rendeiro ainda foram destruídas parte das lavouras dos sem-terra e feitas ameaças a agentes da CPT. Os trabalhadores rurais, depois de toda essa agressão, resolveram fazer um protesto na rodovia PE-41. Depois da manifestação, as famílias voltaram a ser ameaçadas por policiais que foram até a área. Diante do impasse, começou a negociação que teve a participação do Superintendente do INCRA, João Farias, dos advogados da CPT e representantes do MST. O Ouvidor Agrário Nacional, Gercino Filho, se comprometeu a estar no local na sexta-feira, 28/03. Dia 26 de março houve uma audiência com o Secretário de Defesa Social, uma Comissão formada pela Deputada Ceíça Albuquerque, pelo Superintendente do INCRA, João Farias. Representantes do acampamento e advogados dos trabalhadores rurais acampados denunciaram ao Secretário a violência da região. O Secretário ficou de tomar as providências e marcou uma outra audiência da Comissão, com a presença do Ouvidor Agrário, Dr. Gercino. A outra audiência ocorreu no dia 4 de abril na sede da Secretaria de Defesa Social, desta feita com a presença do Ministério Público Federal, Polícia Federal, Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador do TJPE, o Secretário da Defesa Social e o tenente-coronel César Matos, que utiliza em qualquer local que vá um anel com símbolo de caveira que já foi identificado por diversos como símbolo utilizado pelos grupos de extermínio que atuam na região fronteira com o Estado da Paraíba. No dia 27 de junho e 1º de julho do corrente ano, a Comissão Pastoral da Terra e a Rede Nacional de Advogados Autônomos Populares encaminharam diversas denúncias de abusos de autoridades contra atos praticados por policiais militares, em especial dos que compõem o 17º Batalhão da Polícia Militar e do 2º Batalhão da Polícia Militar. Neste, o tenente-coronel César Matos é conhecido pela forma truculenta como trata os trabalhadores e amistosa que convive com



seguranças privados da Santa Tereza. Quando o coronel Matos se encontra na presença de autoridades, que por diversas vezes visitaram a área, ele categoricamente e cinicamente, responde: *“Eu estou aqui para garantir a vida dos sem-terra”*. No dia 3 de julho de 2003, em cumprimento ao mandato de reintegração de posse expedida pelo Juiz de Nazaré da Mata, uma ação de guerra foi montada pela Polícia Militar e Secretaria de Defesa Social. Mais de 300 policiais, vários montados a cavalo, outros com cachorros, armas de grosso calibre, permaneceram entre 4h30min e 8h30min praticando diversas arbitrariedades contra trabalhadores rurais. Foi negado isso pelo comandante da operação, coronel Romero, a possibilidade de passar pelo bloqueio criado em locais de acesso à região de Deputados Estaduais, Vereadores, advogados e membros da imprensa escrita e televisiva. O tratamento dispensado aos gerentes da Usina de Santa Tereza que acompanhavam a ação foi ultrajante. Os coronéis, soldados, capitães se confraternizavam às gargalhadas, enquanto eram destruídos projetos de vida de mais de 6 anos. Os gerentes da usina diziam para onde e como deviam seguir a operação. O helicóptero da Secretaria de Defesa Social levantava vôo a partir das ordens dos gerentes. Foram presas 3 pessoas, entre elas um menor de 14 anos de idade. A coordenadora Luiza Cavalcanti, ameaçada de morte por seguranças da usina e pelo tenente-coronel César Matos, foi retirada do acampamento a chutes e murros, já desmaiada, efetuados por policiais militares do Choque e pelo próprio tenente-coronel Matos que participou ativamente de toda a ação de despejo e violência. Termino: Foi entregue, no dia 7 de julho de 2003, ao Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Jarbas Vasconcelos, e ao Procurador Geral da Justiça do Estado, Sr. Francisco Sales, a carta com o seguinte teor, a qual reproduzimos na íntegra: *“No dia 1º de novembro do corrente ano, às 5 da manhã, uma operação de guerra, conduzida por mais de 400 policiais militares, deram cumprimento ao mandado de reintegração de posse, espancaram homens, mulheres e jovens, prenderam e torturaram psicologicamente 6 pessoas, crianças foram atingidas por spray de pimenta em seus olhos, e toda essa violência cometida sem que os trabalhadores reagissem, visto que, no dia anterior, os mesmos haviam se comprometido a deixar pacificamente a área em litígio. As informações mais detalhadas sobre as violações de direitos humanos, no caso do Engenho Prado,*



*constam em 2 relatórios produzidos pela Comissão Pastoral da Terra de Pernambuco e entregue a autoridades estaduais, federais e internacionais, como o Procurador-Geral da Justiça do Estado de Pernambuco, Ministro Especial dos Direitos Humanos, e ao Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA". Era o que tinha dizer, Sr. Presidente. E o conteúdo disso eu tenho o prazer de passar às suas mãos, como testemunho da verdade.*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josias Quintal) - Bem, com a palavra, então, agora, o Relator da Comissão.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, D. Tomás Balduino, Presidente da Comissão Pastoral da Terra, em primeiro lugar quero parabenizá-lo pelo trabalho que a CPT realiza em todo o País e pela ação da CPT. Ela é responsável para que outras violências não venham a acontecer em nosso País e é também responsável, juntamente com o MST e outros organismos, pelas ações de reforma agrária que nós tivemos em nosso País. O senhor fala especialmente mais do caso da Paraíba e de Pernambuco. Essa realidade que o senhor coloca na introdução parece ser comum a todos os Estados do Nordeste. É claro também de outros Estados do País, mas como a CPI tem um objeto, que é, a partir do Nordeste, verificar essa ação de violência das milícias privadas e também dos grupos de extermínio que agem tanto na cidade como no campo, eu perguntaria dos outros Estados que o senhor não citou. Por exemplo, tem dados acerca dessa realidade nos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Quais desses Estados chama mais atenção, além do que o senhor colocou com relação à Paraíba e a Pernambuco? O senhor fala de 2 segmentos que são sustentáculos da violência praticada contra trabalhadores rurais, que seriam políticos e membros do Poder Judiciário. Em alguns casos, o senhor cita alguns nomes a partir de depoimentos. Teria outros nomes de políticos e de membros do Poder Judiciário que estariam dando sustentação a essa violência? Muitos deles, inclusive, não apenas como conivência, como omissão, mas também como participantes dessas ações? É possível que a CPT nos encaminhe, dentro dos últimos 5 anos, os dados sobre assassinatos no campo, caracterizando por cada Estado e a responsabilidade desses crimes e as providências que as autoridades tomaram ou deixaram de tomar. Isso seria importante para a nossa CPI. Há uma



ação violenta, que — na realidade, a pergunta que eu ia fazer, o senhor já respondeu — que os patrocinadores ou financiadores dessa ação no campo parece ser de proprietários, arrendatários, grileiros, donos de usinas. Tem aqui, tem usineiros também presentes, que seriam como que patrocinadores e financiadores dessas... Nesses crimes que aconteceram no campo, de agricultores que foram executados, tem nome de mandantes que determinaram essa ação de extermínio? Uma outra pergunta. O senhor diz que na Paraíba tem o caso de um desembargador, Dr. Julio Paulo Neto, que seria como que um sustentáculo dessa ação e que ele seria a figura que mantém o Sr. Sérgio de Souza Azevedo, que em todas as denúncias da Paraíba aparece como sendo o chefe das milícias privadas que organiza, que treina, que age com a violência, que mata, que prende e que arrebenta. Essa vinculação do Dr. Julio Paulo Neto com o Sérgio de Souza Azevedo, ela está clara, tem consistência? Esse é um fato que poderia o senhor nos dá mais informações. Com relação aos outros agricultores que estão presos hoje, e que nós consideramos como presos políticos, porque, na realidade, todo o inquérito que foi realizado, ele é uma peça forjada a partir de depoimentos que foram conseguidos a partir de tortura, não apenas tortura física, mas também de tortura psicológica. Esses agricultores que... Inclusive já foi feita a solicitação para que eles fossem retirados daquela prisão, uma vez que poderiam sofrer ameaças também por presos que ali estão. E como esses agricultores receberam diversas visitas de autoridades, de organismos internacionais, que eles seriam peças para uma possível rebelião e que eles se tornariam como que, como que pessoas que seriam utilizadas como reféns. Outros agricultores... Inclusive com um inquérito feito de tal modo que era para que os agricultores pudessem confirmar que seria o Deputado Frei Anastácio, do PT da Paraíba, e eu próprio, nós éramos os mandantes, que eles foram torturados para que pudessem revelar essa calúnia, essa infâmia, essa difamação. A CPT já encaminhou, inclusive, documento para o Governador do Estado da Paraíba. No dia 10 de junho deste ano, a CPT, ela encaminhou um documento identificando as inúmeras agressões de milícias privadas no campo, contando que essas ações tinham a participação direta de policiais civis e militares. Denunciou casos de ataques armados que resultaram em mortes, feridos, desaparecidos, queima de barracas, como o senhor disse aqui, destruição de plantações, como o senhor



também falou, e tortura. E houve um ofício solicitando o afastamento de 2 figuras. Uma que representa o segmento da Polícia Militar e outra da Polícia Civil: que era o sargento Jaime, que na época era delegado de Baía da Traição, e do policial Sérgio Araújo Azevedo. E, naquele momento, a CPT solicitava providências, as seguintes providências desse afastamento Eu pergunto: a CPT recebeu alguma comunicação do Governo do Estado da Paraíba acerca das providências que foram tomadas, ou esse ofício está no esquecimento? O senhor falou aí do caso do Marcos Napoleão, que é o conhecido Marcos Napoleão. E as informações são de que ele seria acusado também de tráfico de armas e que é suspeito de comandar trabalhadores rurais e que foi preso por agressões graves e porte de um razoável arsenal de armas em sua fazenda, mas foi solto em seguida. O senhor tem conhecimento, ou seja, se o inquérito que apura essa ação do Sr. Marco Napoleão se está no esquecimento, se tem continuidade? Ou seja, esse fazendeiro já está em liberdade lá na Fazenda São José, em Jacaraú, e atacou novamente trabalhadores, inclusive resultando na morte do agricultor Antônio Chaves da Silva, além de dezenas de feridos. Eu pergunto: o Secretário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, o senhor tem conhecimento de alguma providência que ele tomou com relação a esses fatos? Principalmente o fato de que o fazendeiro ter em sua propriedade armas de grosso calibre? Pelas informações, é que esse fazendeiro seria chefe de uma... Ele organizaria e traria... Nós temos informações de que ele traz gente de Timbaúba, de Pernambuco, para atuar naquela região, e vice-versa. E há problema também lá na região de Pernambuco, e que ele levaria gente da Paraíba para lá. Essa é uma constante de que proprietários rurais levam gente do Estado, que não é conhecida, para agir de forma violenta em outros Estados, porque eles não são conhecidos e podem assim praticar melhor o ato de violência. Se o senhor tem conhecimento dessa informação. Uma outra coisa que eu gostaria de saber é... O senhor fala de 3... O Grupo João Santos, o Grupo Lôndrig(?) e o Grupo Pessoa de Melo, como 3 grupos onde práticas de violência contra trabalhadores rurais. E que em 2 deles aparece a figura do Padre Tiago como sendo uma pessoa que estaria na mira para ser executado, uma vez que, segundo esses grupos, o Padre Tiago seria a pessoa que estaria incentivando, orientando esses agricultores para ações no campo em defesa da reforma agrária. São esses 3 grupos ou tem outros grupos também, tanto



na Paraíba, ou em outros Estados, que estariam por trás dessa ação violenta no campo? E para concluir, no caso da Paraíba, é notória a ação do Policial Civil Sérgio Azevedo. Em Pernambuco, o senhor tem o nome de policiais envolvidos que também seriam chefes dessa organização? É, o caso da aliança, da Usina Aliança, ou seja, é um caso que mostra, além da sonegação de fraudes, que aconteceram, e fraudes trabalhistas. Quem é o proprietário lá da... quem são os proprietários da Usina Aliança? E essa falência judicial da usina foi decretada, não foi decretada, como é que está? O senhor tem alguma informação sobre isso aí? O envolvimento do Poder Judiciário, essa... esse envolvimento acontece só na Paraíba e Pernambuco ou está presente nos outros Estados do Nordeste? E se o senhor teria nome de juízes envolvidos diretamente, ou de desembargadores, envolvidos diretamente ou indiretamente nos conflitos de terra nos Estados do Nordeste.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josias Quintal) - Tem a palavra V.Exa. Revma.

**O SR. TOMÁS BALDUINO** - Não é fácil responder a tantos quesitos. Mas o que me conforta é que, pela pergunta, o Deputado Luiz Couto está igualmente a par dos fatos como a própria CPT, e mesmo envolvido... na forma como agente fica envolvido pelo exercício da profecia; ele, pelo exercício da solidariedade. Então, são... Eu elenquei 10 perguntas, não é? É, a primeira: se há outros. É claro, a gente não quer pichar o seu Estado, não é — não, o senhor é cearense, não é?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Paraibano.

**O SR. TOMÁS BALDUINO** - Paraibano. E... mas o enfoque daqui, desta CPI, é sobre Pernambuco e Paraíba.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O Nordeste todo.

**O SR. TOMÁS BALDUINO** - E a partir dali, o Nordeste todo, não é?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não é o Nordeste todo. A CPI...

**(Não identificado)** - Nove Estados.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ... em todos os Estados.

**O SR. TOMÁS BALDUINO** - No caso, então, de... porque fizemos um apanhado interno.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Se o senhor tiver esse dado, o senhor pode encaminhar depois para a CPI, não é?



**O SR. TOMÁS BALDUINO** - Sim, nós temos... a CPT é mestra em relatórios de conflitos, até com detalhes. É claro, salvaguarda defesa da testemunha. Muita coisa a gente não pode, assim, de público. Eu mesmo, não é, porque por trás de mim tem pessoal mais frágil da CPT, que não é bispo. Bispo tem um... uma certa couraça, não é, um muro de proteção. Eu sei porque eu vivi o tempo da ditadura militar; estou vivo. E, agora, a gente poderia aqui... de fato, há um relatório. Eu acho que é interessante passar a esta CPI — que ainda dura um tempo, não é?

**(Não identificado)** - Dura.

**O SR. TOMÁS BALDUINO** - Dura um tempo. Eu me comprometo a enviar isso, assim como detalhes aqui, que são... Todas as perguntas são bem pertinentes. Eu acho que, uma vez levantada por esta nobre CPI, não é, deve ser respondida à altura. Eu não me arrisco. Aquilo que não está aqui relatado nos textos, não é, eu não... ainda mais que tem imprensa aí. Bem, mas é... me alegro pelas suas perguntas e me comprometo, é, imediatamente encaminhar a esta CPI as respostas a essas precisas perguntas. E até mais, que V.Exa. queira indagar. A CPT, ela faz esse levantamento, não assim como quem acha que quanto pior melhor, mas é uma forma de exercício da profecia, denunciando o mal para que nós todos nos unamos no seu cancelamento, na sua superação e na busca de paz. Então, aí tem políticos e membros do Judiciário. Quais? Nós temos uma lista. E a gente só colocou em evidência aquilo que o senhor mesmo levanta, Dr. Júlio Paulo Neto, Desembargador, que é um nome um pouco referência nesse caso. Então, que há políticos, membros do Poder Judiciário envolvidos, temos dados bem precisos. Permita-me recorrer, então, aos arquivos, para ser preciso, não faltar com a justiça e, ao mesmo tempo, oferecer uma contribuição, que é meu dever, como cidadão, diante desta instância, que respeito e acato. Foram tomadas providências? Não, não foram tomadas providências com relação a esses autores. É aí que eu acho que vale uma CPI como esta. É o clamor mesmo do frágil, daquele que vem sofrendo e vem sendo a vítima, com tantos assassinatos. Hoje me deram um dado: no País já são 70 assassinatos de trabalhadores rurais. Nenhum fazendeiro. E quantos presos, de trabalhadores? Aqui mesmo, nessa sua pergunta, o senhor faz referência a esses presos lá da Paraíba, que eu visitei. Tive a oportunidade de interceder por eles. Acompanhei aquele grupo da Fundação Kennedy. Então, o apelo que se faz a esta CPI é no



sentido não de a gente levantar um pesadelo. Levanta-se um pesadelo e não se tem nenhuma saída. Nós queremos a luz da aurora, do despertar para um mundo melhor. E está aí a responsabilidade desta CPI de não terminar em nada, apenas num acervo de fatos hediondos, que ficam por isso mesmo, mas que seja, então, direcionada na linha da paz, da justiça, da dignidade. Com relação aos patrocinadores — grileiros, usineiros — nesses crimes, nome dos mandantes, isso é importante. Fora os nomes que figuram aí, a gente pode encaminhar outros com mais precisão, uma vez que a CPI oficialmente pede. Com relação ao Desembargador Júlio Paulo Neto — é a quinta pergunta —, na realidade, eu devo testemunhar que a ação é consistente, Sr. Deputado. Isso ficou muito claro, ficou muito patente para o sofrimento de toda essa população que quer trabalhar, viver e que encontra da parte de um representante do Judiciário que é, o pessoal diz que ele é latifundiário, que ele tem, ele tem engenhos. E nesse sentido ele é de uma determinada classe. É que com esses despejos, com sucessivos despejos; despejos de pessoal não é só no Nordeste. Aqui na Fazenda Monjolo, no meu Estado de Goiás, para vergonha nossa, com o apoio do Tribunal de Justiça, gente que estava lá há anos, já tinha sua produção, são centenas de famílias. Onde estão hoje? Estão, hoje, na favela. Parece que é um Judiciário que aprecia muito a favela. Promotor de favela, de afavelamento. Então, esse pessoal que já está assentado, já teve terra desapropriada, não foi roubo de terra. Coitado do pobre, não tem condições de fazer isso. Eles fazem isso com amparo da lei. Então, essa violência em retirar o homem e a mulher, o ancião e a criança do chão que já é o dele, muitos nasceram ali, é... para ir para onde, num País que tem um programa que é referência mundial de fome zero? Por que qual é a atuação do Judiciário? A gente sabe, a gente faz a análise disso. É uma análise que não cabe aqui fazê-la, mas que é responsabilidade do Judiciário é. Não é desse ou daquele juiz, é de vários, porque houve uma enxurrada de despejos em todo o País. De janeiro a junho, foram 40 despejos, atingindo 12 mil famílias do País. Daí para cá, mais 30 despejos, atingindo mais cerca de 13 mil famílias. Então, na sexta pergunta, 8 agricultores, com esses já referidos, encaminhou, a CPT encaminhou documento para o Governador da Paraíba. O senhor cita isso com conhecimento de causa, é... falando do afastamento do sargento Jales e do Policial Sérgio Araújo. Esse ofício foi esquecido? Não sei se



foi esquecido, porque precisava saber o que está dentro da cabeça do Governador. Mas não foi dado o... o seguimento, o encaminhamento. Marcos Napoleão é... flagrado no tráfico de armas e... coisa do conhecimento da Secretaria de Segurança Pública. Alguma providência? Que eu saiba nenhuma, nenhuma providência. Então, isso é um pouco o que acontece, de modo geral, no País, exceto, à exceção... O Ministro da Justiça até me falou da ação que eles estavam realizando no norte do Paraná, quer dizer, de surpreender fazendeiros armados. Já era uma ação, uma ação antiga. Hoje, depois, sobretudo, dessa reação à possibilidade de uma reforma agrária vinda com o Lula, que de fato entrou aí, segundo o Plano Nacional de Reforma Agrária, a... a... o armamento está continuando. O armamento das milícias privadas, isso já tem sido feito de uma forma, declarado de forma descarada, com ações específicas que nós sabemos. São Gabriel, lá no Rio Grande do Sul, de forma descarada, com ações específicas que nós sabemos, São Gabriel, no Rio Grande do Sul, lá em Curionópolis, onde os fazendeiros bloquearam a estrada com 5 mil bois. Uma vez que são minoria de homens e tem maioria de gado, então chama essa maioria para poder fazer o trabalho que as próprias pessoas não seriam capazes de fazer. Com relação às ameaças do Padre Tiago, a oitava pergunta, visado pelos grupos João Santos e Pessoa de Melo, se há outros? Há outros, sim. O Padre Tiago é o mais citado. Talvez pelo fato de ele ser mais audaz, mais atrevido, não pensa na própria vida. Mas há outros ameaçados, inclusive, aqui, já participou desta CPI, o Frei é...Anastácio. Deu um branco agora. Quem é o proprietário da Usina Aliança? Pergunta nona. Eu não saberia dizer. Eu não tenho, assim, no meu registro, na minha memória o nome. Com relação ao envolvimento, a décima e última pergunta, ao envolvimento do Judiciário, já falei a propósito do Desembargador Júlio Paulo Neto. Era o que tinha a responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado Josias Quintal.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Sr. Presidente, D. Balduino, inicialmente quero manifestar a V.Exa. Revma. todo o meu apreço. Eu acompanho já há muito a sua luta por este Brasil afora. Ainda agora, embora eu tenha chegado um pouco tarde nos trabalhos, ouvi parte do seu relato e tive a oportunidade de observar e de ler parte desse relato escrito do relatório, e algumas coisas, algumas



informações me impressionaram. Uma é o crescimento da violência, da violência no campo, o crescimento dos grupos de extermínio das milícias privadas e a impunidade. E também as referências que V.Exa. fez acerca do envolvimento de autoridades, autoridades do porte de desembargador. Isso me preocupa muito. Eu queria perguntar a V.Exa. qual tem sido a postura dos Governos. Se o problema toma essa dimensão, afinal de contas, também várias CPIs nos Estados já foram realizadas, e ao que se depreende do seu relatório, do seu depoimento, poucas providências foram tomadas. Aliás, não se sabe se tem havido alguma providência efetiva. E nós não podemos imaginar que os Governos desses Estados onde ocorrem esses crimes possam estar distantes do problema. Afinal de contas, o Governador do Estado, eleito pela população, ele tenha a responsabilidade maior, ele tem as instituições que pode acionar, que pode cobrar e exigir. E no seu relato eu vi referências desde de um comandante de um Batalhão que assiste a uma ameaça e não se manifesta; a referência a um tenente-coronel que usa, num anel, o símbolo de uma caveira — e a cidade conhece, as pessoas conhecem —; a postura de um Secretário de Defesa Social. Enfim, o somatório dessas informações nos levam a determinada preocupação. Nos dá a impressão que esses Estados estão falidos; há uma falência das autoridades. Pergunto a V.Exa. qual tem sido a postura dos Governadores com relação a essa questão. Em função da resposta que V.Exa. vai dar, sugeri ao Presidente da Comissão que esta CPI, dado a sua dimensão e importância, afinal é uma CPI da Câmara Federal, que ela venha a tocar também nessa questão das responsabilidades dos governantes desses Estados. Então pediria, D. Balduino, que V.Exa. se manifestasse, ainda que brevemente, acerca das colocações que nós estamos fazendo, da provocação que estou fazendo a V.Exa., diante aqui das câmeras de televisão, da imprensa.

**O SR. TOMÁS BALDUINO** - Obrigado, Deputado Josias Quintal, a sua indagação é a mesma nossa. O que fazer para que os Governadores que conhecem... O senhor mesmo disse que eles não podem ignorar. Não ignoram de forma alguma, sejam eles realmente Governadores do povo. A nossa luta ela tem... estou aqui na Casa legislativa, a nossa luta não é tanto com relação ao Congresso, ao Poder Legislativo. Teria sido na ocasião da Assembléia Constituinte. Aí para nós foi uma batalha perdida para a terra, porque esta Casa retrocedeu algumas décadas



em termos de reforma agrária, colocando um grande obstáculo no caminho da reforma agrária na Constituição. Mas o nosso problema é com o Executivo Estadual e, como já respondi na resposta anterior, ao Deputado que me inquiriu, com relação ao Judiciário. Mas aqui V.Exa. enfoca com justiça os Governadores. E nossa experiência, então, é a seguinte: quando o Governo do Estado tem o mínimo de sensibilidade com relação ao social, porque eles não são em geral advogados formados nessas escolas de Direito que temos por aí, não são juízes, são Governadores. Muitos deles têm sensibilidade com relação ao social. O que acontece na hora de execução de um mandado de despejo como esse que citei do Prado, que é de cortar o coração da gente? Apareci com uma ferocidade no horário nobre do *Jornal Nacional*, da Globo, depois soube que eles se arrependeram de me entrevistar. Por que ele falou aquilo? E também é de cortar o coração isso que eu citei da Fazenda Monjolo, que foram despejados e foram para o corredor; e o juiz os despejou do corredor. O corredor que é um lugar livre, porque o juiz achou que de lá eles poderiam ameaçar a fazenda. Eu falei com o Presidente do Banco do Brasil. Olha eles se comprometem nem a olhar para aquele latifúndio, virar as costas. Então, nessa hora do despejo, a tropa está na mão do Governador, a tropa policial. O juiz faz o requerimento da Polícia, mas é o Governador que... e a nossa experiência, a minha experiência — e já tenho alguns anos de vida e já vi passar vários Governadores pelo meu Estado — é que se pode fazer uma negociação. Não é necessário aplicar imediatamente aquele mandato, sobretudo mandando tropas de choque, certos tipos de policiais para cumprir o mandato. Por quê? Por quê? É luta de classe? É ódio de quem tem cheiro de povo? É isso? Então, é o que nós não temos conseguido, nem sempre temos conseguido — algumas vezes, sim — dos Governadores em termos assim... é que é o dia a dia da reforma agrária, a execução desses mandatos. Um Governador me dizia brincando, falam em intervenção. Nunca vão fazer intervenção por causa de uma incompreensão. Interessante que dando tempo à execução daquele mandato, então, pode entrar muito bem a negociação e aí entra o INCRA, oferecem tanto e tal e se resolve. Quer dizer, é o caminho do social. Embora o juiz aja de uma forma assim muito fundamentalista, legista e do Direito Romano, ele desconhece totalmente. No caso de recomeçar a Escola de Direito, sobretudo, a partir da lição da Constituição de 88, que nesse ponto é



brilhante, inovadora e cria uma visão da propriedade da terra a partir do social. Mudou o conceito. Mas isso entrar na cabeça do juiz... é por isso que eu responderia ao senhor que a postura, muitas vezes dos Governadores, manifesta uma parcialidade, um ponto de vista dos mesmos latifundiários que carregam consigo o Poder Judiciário.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Presidente, a título de colaboração, eu sei que o nosso Bispo sabe muito bem, eu particularmente sou contra qualquer atitude de força, qualquer ato de violência, seja naqueles procedimentos de reintegração de posse, seja na própria posse da terra. Mas, entendo que uma vez tendo ocorrido o fato, o Estado tem o dever de administrar, da maneira menos violenta possível, menos grave, aquela ocorrência. Aliás, Bispo, a literatura mundial, que trata das questões policiais, recomenda sempre a negociação nas situações de administração de conflitos ou administração de crises, como queira entender. Então, essa é uma prática no mundo inteiro. E não podemos imaginar que aqui no Brasil, no Nordeste, onde essas ocorrências existem com frequência, não possa existir esse mínimo de conduta da Polícia, ou seja, a negociação na administração desses conflitos. Então, apenas a título de colaboração, estou satisfeito com sua resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado Promotor Afonso Gil.

**O SR. DEPUTADO PROMOTOR AFONSO GIL** - Meu Bispo, o senhor é um representante de Cristo na terra, é um representante de Deus, é um representante da justiça social que deve reinar neste País. Falou-se muito aqui em violência, mas o que é que se entende por violência? D. Helder Câmara dizia, nos seus ensinamentos, quando tombou para a Esquerda, quando tombou para a igreja progressista, quando foi seguir os ensinamentos do Concílio do Vaticano II, de João XXIII, dizia: são duas espécies de violência: a violência nº 1, que é a violência do Estado contra o cidadão, quando lhe ceifam, quando lhe tiram o direito à educação, à saúde, à alimentação, à habitação, ao emprego digno. E a violência nº 2, que é a violência que está nas ruas, a violência das crianças que não têm oportunidade de viver, que não têm as escolas para frequentar, que não têm uma família decente, que não tem nada. São os excluídos. Essa é que é a verdadeira violência, meu Bispo. Agora, nós estamos tratando aqui de um problema, que é a essa CPI da



Pistolagem, do extermínio das pessoas pobres. Eu disse aqui numa sessão anterior, matem um negro e matem um pobre que a Justiça não funciona. Ela acoberta esse tipo de assassinato. Assim foi no Piauí. Eu, nós, fomos partícipes e principais participantes - eu como Promotor de Justiça e um Juiz que teve coragem de enfrentar essa situação - desbaratar aquela turma da pistolagem que matava todo dia no Piauí. E o que foi que aconteceu? Estão todos pronunciados com recursos de segunda instância e o Tribunal de Justiça, o Poder Judiciário, não tem a coragem funcional e nem moral de julgar ninguém porque estão todos envolvidos na corrupção, no furto e no assassinato. Isso eu digo aqui de peito aberto para todos esses Parlamentares ouvirem e todas as pessoas que estão aqui. Então, nós precisamos tomar providência com relação a isso, a Igreja Católica, o Poder Legislativo, o Poder Executivo. O senhor falou aí, e eu estava ouvindo, que as milícias estão nas mãos dos Governadores. Estão. Estão nas mãos dos Governadores, mas que esses Governadores tenham vergonha na cara e tenham compromisso com o povo, deixem de desfaçatez. Acabem com isso. Vamos partir para uma luta juntos. Eu dedico a minha vida a isso. Eu já disse aqui ao meu nobre Deputado, amigo meu, que também já sofreu o mesmo tipo de coisa, que eu já sofri atentados à bala na calada da noite, quando eu dormia com minha mulher e com minhas crianças, mas eu não abro mão dessa luta. Não abro e não abrirei mão, jamais, disso. As desigualdades sociais desse País têm que desaparecer, meu Bispo. É aqui onde está o problema: uma concentração de renda exagerada na mãos de poucos, enquanto a grande maioria da população passa fome, passa sede, não tem onde morar, não tem emprego, não tem nada. Essa é que é a grande verdade e a Igreja Católica, da qual o senhor faz parte, como eu disse antes, que o senhor é representante de Deus, o senhor é representante de Cristo, tem um grande compromisso com isso. Ore. Não é olhar, é orar. Ore, porque a violência, às vezes, é preciso para combater a violência maior, que é a violência oficial. Fique com Deus. Muito obrigado pelas palavras.

**O SR. TOMÁS BALDUINO** - Obrigado, Deputado Afonso Gil, piauiense. Admiro muito o Piauí. Vou lá por causa da CPT. Vou sempre, alguma romaria da terra, algum congresso, algum seminário, pessoal muito ativo, muito vivo, e aproveitamento para unir o útil ao agradável, porque tenho familiares por lá em Caueiras. Uma



beleza! Mas eu queria dizer que não sou mais representante de Cristo do que você, como cristão, como qualquer filho, filha de Deus. Apenas servidor daqueles que devem, como uma lâmpada por menor que seja ou uma vela, testemunhar essa grande novidade do anúncio do reino de Deus, que tanto amou o mundo. Esse mundo não é maldito para Deus. Pelo contrário, é bendito, que Ele mandou seu filho, nascido de uma mulher e semelhante a todos nós e que falou assim: assim como o Pai me enviou, envio vocês. Não enviou só D. Tomás e os bispos e o Papa, mas João, Maria, Afonso, José, todo mundo nesse testemunho. Eu queria fazer esse comentário teológico. Eu acho assim que a palavra de D. Helder, que você muito bem lembrou, sobre a violência institucionalizada, essa contra a qual nós, como cidadãos, queremos combater, é a mudança que se propõe, e a verdadeira violência que é a consequência de um modelo planetário que nós sofremos, o neoliberalismo, o pensamento único, capital como o grande poder, a grande dominação, a grande lei e o grande colonizador do mundo, diante do qual todo mundo se curva. Não tem nenhuma carta legal, apenas os acordos internacionais e por aí vai dominando. Daqui a pouco a ALCA vai dominar o nosso continente, não só o País, mas o continente em nome de uma nova colonização. Eu acho que é isso que está gerando essa violência que V.Exa. muito bem descreve, essa das ruas, dos campos, essa, então, contra a qual nós lutamos. E a gente na CPT e eu acompanho muito de perto o MST, digo, MST, as organizações do campo, a leitura que eles fazem da reforma agrária, não haverá reforma agrária enquanto não houver mudança do modelo, porque aí serão todos triturados pelo agronegócio e vai ser um desestímulo total. O outro modelo é esse que reconhece que a terra é mais do que terra. A terra é dignidade, participação. Claro. A reforma agrária tem um instrumento, tem o sacramento da terra, mas não fica naquele pedaço de chão de viver e trabalhar. É muito mais do que isso. É uma sociedade outra. É o Brasil que nós queremos e, com isso, encontra a mística dos povos indígenas, da mãe terra e de um outro viver que não é só o enricar-se, que não é só o ter. É o ser em profundidade, mesmo na singeleza. E eu acho que a sua palavra me leva a refletir sobre tudo isso. Acho que é muito condizente com essa CPI, porque a alternativa diante desse quadro hediondo de violência é justamente uma proposta muito positiva, que está no coração de todos nós, e que a gente está querendo convencer esse Governo, o



Governo Lula, de adotar como a prioridade das prioridades, que é a reforma agrária, para que venha essa mudança tão esperada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado Heleno Silva.

**O SR. DEPUTADO HELENO SILVA** - Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de saudar o D. Tomás, Presidente da Comissão da Pastoral da Terra, e falar sobre a falta de confiança, de confiabilidade do povo brasileiro, hoje, para com as instituições, principalmente quando diz respeito à violência. E eu tenho certeza de que essa CPI, um dos pontos do relatório final que nós haveremos de aprovar aqui, há de citar essa questão da falta de confiabilidade, no que diz respeito aos crimes, às ações das milícias, dos grupos de extermínio. Só queria fazer uma pergunta a D. Tomás no que diz respeito... já que não podemos perder essa oportunidade. Não sei se o senhor já esteve na Comissão de Agricultura. Nós, recentemente, criamos a Frente Parlamentar de Agricultura Familiar. Com certeza, haveremos de convidá-lo a fazer parte ali de uma audiência pública conosco para discutirmos essas questões da reforma agrária. Não poderia deixar passar despercebido. Eu queria que o senhor nos respondesse como é que o senhor vê essa questão dos assentamentos, no que diz respeito — Sr. Presidente, fugindo até um pouco do assunto, se for permitido — à falta de infra-estrutura. Hoje, 85%, perto de 90% dos assentamentos, não têm uma infra-estrutura sustentável e isso também, é claro, incentiva essa questão da criminalidade, porque o homem do campo é colocado ali com um objetivo, com expectativa, e a expectativa não é correspondida. Se fizer um levantamento nessas áreas ali, os índices de criminalidade são altos. Eu queria, aproveitando a presença de D. Tomás Balduino aqui, que ele nos falasse sobre essa questão, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. TOMÁS BALDUINO** - Creio que não foge da CPI porque a CPI encara negativo, ela vai direto a isso e ela tem pressa de desentranhar o crime. V.Exa. apresenta aquilo que a gente chama de alternativas. E é sobre isso que nós deveríamos nos deter. Eu me alegro, Deputado Heleno Silva, que essa Comissão da Agricultura Familiar seja assim instalada e funcionando, porque é um caminho. Com relação à sua pergunta sobre a questão da infra-estrutura dos assentamentos, isso vem depondo muito contra o conceito de reforma agrária. Outro dia, falando



diretamente ao Presidente Lula, na chegada da marcha, me pediram para dirigir umas palavras, primeiro dar uma bênção e uma maldição. O pessoal me pediu isso. Como bispo, amaldiçoar o latifúndio e as suas seqüelas e abençoar, então, aquele povo ali e o Presidente que estava recebendo o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Quer dizer, tudo isso está depondo contra a reforma agrária. Eu acredito que a população brasileira ainda mantém em alta a estigma da reforma agrária. Em abril de 96 foi levantado aquele dado interessante, 82% da população brasileira exigindo reforma agrária. Daí saiu uma reforma agrária compensatória e inclusive a criação imediata do Ministério compensatório pelo Fernando Henrique Cardoso. E eu acho que essa expectativa é maior ainda, mesmo com o fiasco daquilo que se apresentou como a maior reforma agrária de todos os tempos no Brasil pela ação mercadológica e propagandística do Governo passado. Mesmo assim o pessoal tem em alta o apreço pela reforma agrária, apesar de ver assentamentos como favelas. Por que essa desestruturação, essa falta de infra-estrutura viária, sanitária, educacional, comercial, etc.? Porque a reforma agrária era feita por quem não acreditava nela. Eu acho que esses que não acreditam talvez estejam sonhando com o agronegócio, que vem arrebatando com o nosso cerrado. Eu não sou contra o agronegócio, mas acho que ter o agronegócio como única prioridade num País como o nosso, com um povo como o nosso, de maioria pobre, faminta, quando a gente sabe que o modelo de reforma agrária poria essa população toda em pé e na condição de produzir — não só de se alimentar, mas de produzir... Até digo sempre que o que salvaria o Programa Fome Zero seria a reforma agrária. Não tenho dúvida nenhuma. Então, isso supõe uma vontade política, uma decisiva vontade política, com seus custos. Ora, o que não custa? Quanto o Governo tem despendido em favor dos bancos e dos banqueiros? Por isso ninguém chora. Quanto tem despendido em favor dos engenhos falidos? Isso começou desde Collor e continua. Muito desse quadro que eu apresentei da violência no Nordeste é a tentativa de reverter uma situação iníqua que envolveu a SUDENE. Acaba que se constata uma profunda avareza do Governo quando se trata de destinar o dinheiro público a serviço da injeção no social. Uma grande avareza! Uma grande capacidade de amealhar — em termos que eu chamo de obscenos — superávit primário e incapacidade de destinar isso à infra-estrutura da terra, da saúde, da educação. Isso



custa dinheiro, mas é um dinheiro que é investido em favor do futuro da Nação, da Pátria. Eu creio que nossa mentalidade tem, pouco a pouco, que mudar, em termos até de enxergar mais claro aquilo que tem futuro e o que não em futuro na nossa... Quando se fala, por exemplo, da defesa da terra, da mãe terra, é um fato constatado que o plantio de eucaliptos, a monocultura do eucalipto em função da celulose, é uma coisa. Dá divisas para o Brasil, mas destruiu 1.500 — é um dado que não sai da minha memória! — pequenas nascentes do Rio São Francisco. É a monocultura, o agronegócio, a destruição do cerrado pelo plantio da soja. Não sou contra a soja; não sou — repito — contra o agronegócio; mas nós precisamos de um equilíbrio ecológico, sobretudo do cerrado. Estão agora até... A próxima invasão da soja será no Pantanal. O Maranhão, então... A região de Balsas já foi toda massacrada, destruída. Então, o pessoal que mora lá falou: *“Por que o Rio Mearim está abaixando de ano a ano?”* Basta ver a brutalidade do processo, porque o nosso cerrado, como todo cerrado, é fragilíssimo diante de lâmina da Bulldozer. Não acontece o mesmo com a mata amazônica, mas estão usando o reagente laranja ainda na mata amazônica. Pra quê? Pra coisa de exportação. Fica aqui o lixo, que vai no grão de soja, no nosso húmus e na nossa água preciosa. De maneira que eu acho que está tudo ligado a essa questão mesmo da infra-estrutura, da negação da reforma agrária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Solicito... O Deputado Promotor Afonso Gil quer fazer uso da palavra?

**O SR. DEPUTADO PROMOTOR AFONSO GIL** - Só um pouco. Os cerrados estão-se acabando, porque... Eu também sou como o senhor. Eu não sou contra o agronegócio, apesar de saber que ele, como prioridade, é pernicioso para o País. Os cerrados do Piauí também estão-se acabando. Queimam toneladas de lenha pra alimentar um projeto da Bunge, que é uma multinacional. Estão fazendo isso lá. Mas, meu santo — o que eu sei é que o senhor tem a consciência santa —, eu queria dizer aqui uma coisa que vai doer em muitas pessoas: nós estamos fechando o Orçamento da União. E veja o senhor o que está acontecendo: chamam de uma emenda guarda-chuva, que é uma emenda genérica, que não destina recursos especificamente para a saúde em tal lugar, da seguinte forma: vamos fazer um hospital aqui, vamos construir um hospital acolá. Não. Colocam: *“Saúde para o*



*Estado do Piauí*”, “*Educação para o Estado do Piauí*”. Mas com que intuito? Pra quando se aproximarem as eleições para Prefeitos esses recursos serem negociados por votos. Esta é a grande realidade deste Legislativo. Nós, não. Nós colocamos recursos para o pronto-socorro de Teresina, porque Teresina não tem um pronto-socorro pra atender ninguém. Quando alguém é esfaqueado na periferia, morre no meio da rua. Quando alguém é assaltado, quando alguém é furtado, quando alguém é ferido, não tem para onde ir. Então, nós estamos colocando recursos pra isso. Especificamente pra isso! Sem fins eleitoreiros! Hospitais nas periferias, dinheiro pra educação, isso é o que nós estamos fazendo. E eu queria que isso ficasse registrado aqui pra que servisse de exemplo, porque as pessoas não acreditam mais nos políticos por isso, só por isso, por causa desse jogo. Perdoe-me, Bispo, por chamar esse jogo de sem-vergonha, esse jogo da desfaçatez, da falta de vergonha na cara. O mandato que o povo nos confere é só um: não faça nunca da política uma profissão. Se o povo o aprovar, que o aprove; se ele o desaprovar, que desaprove. Esse é o ensinamento que tenho comigo. Eu não preciso de política para sobreviver. Eu sou um promotor de Justiça. Nunca fiz política profissionalmente. Saí da Promotoria diretamente para a Câmara Federal, com uma votação expressiva dentro da cidade de Teresina, porque o povo reconheceu o meu trabalho. Então, eu digo o seguinte: Deus, em quem acreditamos — já fui do Partido Comunista do Brasil, mas sou cristão; acredito na vontade divina —, há de nos proteger e nós vamos vencer esta luta contra o mal. O bem há de prevalecer contra o mal! Jesus Cristo foi crucificado entre 2 ladrões. Então, a verdade está no meio. E eu então agradeço ao senhor por este aparte, por esta colocação. Reze por mim! Obrigado.

**O SR. TOMÁS BALDUINO** - Eu digo amém, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Heleno Silva) - Não havendo mais quem queira discutir ou fazer perguntas, queremos agradecer a sua presença, D. Tomás Balduino, Presidente da Comissão Pastoral da Terra, que, tenho certeza, muito colaborou com esta Comissão. Sabendo da agenda do senhor para esta tarde aqui em Brasília, agradecemos a sua presença, que foi muito importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Muito obrigado. Vou suspender a reunião por 1 minuto até a saída do Bispo.



(A reunião é suspensa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Está reaberta a sessão. Passo a palavra ao delegado Roberto Geraldo Pereira, da Polícia Civil de Pernambuco, por até 20 minutos, prorrogáveis caso haja necessidade. Com a palavra o Dr. Roberto Geraldo Pereira.

**O SR. ROBERTO GERALDO PEREIRA** - Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos aqui presentes. Fomos convidados por esta competente CPI para falar sobre a atuação dos grupos de extermínio no Estado de Pernambuco. Fizemos alguns tópicos para nortear esta fala. Primeiro, vamos falar sobre a criação do “Núcleo de Chacinas” na Delegacia de Homicídios do Estado do Pernambuco, que é o Núcleo Especializado na Apuração de Homicídios Múltiplos. Depois vamos falar sobre a estrutura da Delegacia de Homicídios, do “Núcleo de Chacinas”, que é o NEAHM, e da melhora da estatística de inquéritos remetidos à Justiça. Um bom inquérito é um bom processo e quase a certeza de condenação. Também vamos falar do apoio logístico do Dr. Aníbal Moura, Chefe de Polícia Civil do Estado de Pernambuco, para a Delegacia de Homicídios e o “Núcleo de Chacinas”. Vamos falar também da atuação da Delegacia de Homicídios e do “Núcleo de Chacinas” no combate aos grupos de extermínio naquela região. Vamos falar também sobre a formação dos grupos de extermínio e seu *modus operandi*. Vamos falar sobre a importância do inquérito policial na persecução criminal: a necessidade, a estrutura, os efeitos positivos que de um bom inquérito podem advir, como também os efeitos negativos que do mau inquérito podem advir. Falaremos de casos resolvidos pelo “Núcleo de Chacinas” e vamos tecer alguns comentários sobre os vertedouros, sob o nosso ponto de vista, da violência — o que canaliza a violência em nosso País. Em primeiro lugar, o NEAHM, o Núcleo Especializado na Apuração de Homicídios Múltiplos, foi criado no dia 29 de junho em 2003, em Pernambuco, com o objetivo principal de apurar de triplos homicídios em diante — a chacina, como são popularmente chamados os múltiplos homicídios, é assim denominada a partir do quádruplo homicídio. O triplo homicídio não é denominado chacina, mas é de responsabilidade exclusiva do Núcleo Especializado na Apuração de Homicídios Múltiplos. E esse núcleo veio com o advento de armamentos de última geração, viaturas de última geração, como também treinamento para o pessoal. Nós aqui



presentes já fizemos vários cursos em todo o País com policiais da *Scotland Yard*, com os policiais da SWAT, com policiais do GSG-9, da Alemanha, entre outros. Para a atuação desse trabalho da Delegacia de Homicídios, na estrutura temos: 6 delegados na Delegacia de Homicídios, com 7 cartórios, 7 escrivães, 60 policiais e o “Núcleo de Chacinas”, que, além de investigar os homicídios múltiplos, também faz operações especiais de incursões táticas. Referente ao apoio logístico, como já dissemos, estamos com armamento que é utilizado nos grandes centros do País; estamos também com viaturas utilizadas nos grandes centros do País. E a atuação no combate aos grupos de extermínio é feita com o monitoramento, com a feitura dos inquéritos. Os inquéritos são feitos de forma trabalhosa, porque a atuação dos grupos de extermínio tem várias vertentes. Tem, por exemplo, uma turma de empresas que não são cadastradas que fazem segurança de rua. Daí geram também os interesses pelo local, interesses adversos, e eles passam a matar para conseguir o “*status*” — entre aspas — nessas regiões. Tem também o tóxico, as drogas, os entorpecentes. Com a venda de entorpecentes, tem as bocas de fumo — chamadas bocas de fumo —, que são os logradouros onde são encontrados os entorpecentes. Então, tem desde o “avião” da boca de fumo, que é o pequeno, que faz a entrega da droga ao consumidor, até os “soldados” da boca de fumo e os donos da boca de fumo. Então, há uma crise, há um problema circunstancial entre grupos que querem o domínio daqueles pontos de drogas que são chamados de boca de fumo. Então, com isso, há matança generalizada e aí o trabalho nosso entra em ação para localizar esses meliantes, puni-los e colocá-los na cadeia. E tem também os grupos de extermínio patrocinados por comerciantes, que também envolvem policiais militares, em sua maioria, como policiais civis e também ex-policiais militares — eles têm todo o treinamento, foram banidos da corporação, mas ainda fazem as milícias paralelas. Temos também os ex-policiais civis que trabalham nessas milícias paralelas. E também as pessoas que trabalham junto com os policiais da ativa em milícias paralelas, que acompanham o trabalho da Polícia, que “ajudam” — entre aspas —, para poder lograr benesses. Esses policiais lhes dão “cobertura” — entre aspas. São os arques de polícia, que, em São Paulo, são chamados de gansos; são os “informantes” — entre aspas. Nós temos informantes, mas os informantes não fazem serviço de polícia; eles são pagos pela informação. A



informação vem e há um ressarcimento pela informação, e a informação é trabalhada. Como também temos as organizações não-governamentais, as ONGs, e temos, na Secretaria de Defesa Social do Estado do Pernambuco, o disque-denúncia, que é o mesmo disque-denúncia do Rio de Janeiro, que trabalha com informações através de senhas, com pessoas que não são policiais, são isentas de qualquer influência — são telefonistas —, as quais recebem as denúncias, que são passadas *in loco* para as delegacias competentes ou para as pessoas interessadas — delegados, em inquérito especiais; o próprio Chefe de Polícia ou o Secretário de Defesa Social, para poder ele designar o delegado competente para apurar aquela informação. E dessa informação a pessoa tem a senha e, quando o meliante é preso, quando o caso é resolvido, é ressarcida pelo disque-denúncia. O armamento desse pessoal dos grupos de extermínio é um armamento próprio ou contrabandeado. Impera, também, nessas localidades onde atuam os grupos de extermínio, a lei do silêncio, que é a lei da violência: se você “dedurar” — entre aspas —, delatar, automaticamente a punição será a morte. Mas com o trabalho bem feito da Delegacia de Homicídios, através também das Organizações Não-Governamentais, que têm o PROVITA, que é a proteção à testemunha, nós estamos trabalhando de forma a garimpar essas pessoas e essas informações para que possamos identificar e elucidar esses crimes hediondos. Temos também a rota das drogas, que também é a rota das armas. A droga entra de forma ilícita, ela vem do sertão, é cultivada no sertão, está sendo bem monitorada pela Polícia Federal e combatida pela Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar do Estado de Pernambuco, que já deu uma baixa muito grande, referente ao Polígono da Maconha. E as armas também estão sendo mais... Os pontos de bloqueio estão sendo mais exigentes, com oficiais treinados, com policiais treinados, com delegados, na área do sertão, que estão fazendo cursos, e automaticamente está diminuindo. Mas claro que a fronteira é grande, são vários Estados, tem também pelo mar, entra também pela via marítima, e a situação fica um pouco complicada. Mas o pesado mesmo do tráfico de armas serve muito ao tráfico de entorpecentes. A atuação, o *modus operandi* do grupo de extermínio, como nós falamos, se tem por diversas situações. Se forem policiais, os policiais que fazem segurança, que ganham paralelamente, que fazem essa cobertura na hora de folga, o que é



chamado de “bico”, que se torna até mais importante do que o próprio salário, porque eles ganham mais do que o salário, automaticamente ele encara aquilo ali como mais que o trabalho, mais que a prestação de serviço para a comunidade. Com isso, ele agarra com unhas e dentes e procura, através do medo, através até da morte, a cada homicídio, eles chamam de pacote, tanto os grupos de extermínio das gangues de entorpecentes, como também de policiais militares... Então, o cara que fizer mais pacote é credenciado, ele tem um *status* pela morte. Então, aí, ele faz uma extorsão branca junto a pequenos comerciantes, diz que ali está resolvido, porque ele está matando quem está roubando, ele está limpando a área. Que limpeza é essa nós não entendemos. Essa limpeza é automaticamente a extorsão pela morte. Isso é o *modus operandi* quando envolve policiais. Quando envolve as gangues de traficantes, é justamente o seguinte: o cara é “avião” de “boca de fumo”, ele tem uma patente menor e ele galga uma patente maior para poder ter mais condições, tanto de consumir o entorpecente com mais facilidade, como de ganhar também com mais facilidade, porque ele, no emprego — o desajuste social também é o grande vertedouro desses problemas —, não ganha o que ganha na “boca de fumo”. Ele não tem perspectiva, aí já abandona o colégio, já é aliciado pelos traficantes. Ele tem o privilégio do ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma lei de lorde para uma realidade ainda muito dura. No Estatuto da Criança e do Adolescente, são 3 anos de pena máxima por crimes hediondos. Então, o menor está sendo utilizado pelo crime organizado, isso nas várias vertentes, e a gente torce para que a menoridade saia dos 18 anos e baixe um pouco mais, porque o entendimento hoje é que, com o advento da comunicação, com o advento da informática, com o advento do terceiro milênio, um adolescente com 16 anos tem plena convicção do que faz, tem maturidade e até a malícia, porque ele já vem se endurecendo num submundo desde jovem, desde criança. Então, quando ele chega aos 16 anos, ele já é realmente um catedrático. Mas os estudiosos, os tecnocratas ainda acham que não, enquanto que situações... Em países desenvolvidos, automaticamente... O adolescente já responde penalmente na Inglaterra, nos Estados Unidos, da França, em países da Oceania, quer dizer, já responde penalmente por seus delitos. Também tem um outro vertedouro que é do grupo extermínio, são essas turmas do apito. Essas turmas do apito nada mais são do que



peças não-qualificadas que o mercado de trabalho não absorve e são semi-alfabetizados ou analfabetos, que têm aquela coragem, que ficam com apito nas ruas — em vários Estados da Federação, já tem esse tipo de milícia —, que andam, entre aspas, “desarmados”. Mas têm alguns que andam armados e que, às vezes, são os olheiros que dão as casas para poder a turma vir e assaltar. Então, quer dizer, é um trabalho, é um desserviço à sociedade, mas eles pegam, dizem que estão protegendo e, quando as pessoas não pagam, acontece simplesmente assalto nessas casas. Então tem aquela pseudo-influência, a pseudo-impressão de que a turma do apito resolve. E nós já tivemos vários casos em morros, na fronteira de Recife com Jaboatão, como também na cidade de Jaboatão, de grupos do apito que nós desbaratamos, que dentro do grupo do apito... Não significa que o grupo de apito é um grupo de extermínio, mas pessoas que vestem aquela bata preta, que botam segurança, ou apoio, ou nome similar, e são infiltradas no submundo do crime e conseguem ficar a serviço desses policiais que têm esses grupos de apito, ou esses líderes que têm esses grupos de turma do apito. Eles ganham, em média, mil reais. Um líder chega a mil reais por mês. Isso, na época, fizemos levantamento, e conseguimos prender 2 líderes que já vinham matando, impondo pela lei da morte, a extorsão da morte, que eu chamo, e pela lei do silêncio nessa situação. Então, esses são o *modus operandi*. Agora, como nós trabalhamos nessa situação? Nós fazemos um monitoramento. Quando temos o inquérito, instauramos a portaria por tal homicídio e vamos investigar homicídios ou múltiplos homicídios referentes a grupos de extermínio, aproveitamos e intimamos ou conduzimos à delegacia. Todo esse pessoal fica monitorado com a identificação na delegacia. Por quê? Em se provando o indício de participação, eles automaticamente quando são ouvidos ou são intimados, ou sabem que vão ser intimados pela Delegacia de Homicídios, especificamente pelo NEHAM, Núcleo de Chacina, eles saem da área, da circunscrição, do distrito da culpa, e fica difícil de localizar essas pessoas, porque eles não têm paradeiro certo. E, às vezes, muitos deles, quando é grupo referente a drogas, eles só conhecem pelo epíteto, pelo vulgo. Você só conhece pelo vulgo e pelas características, e nenhum Promotor vai dar opinião favorável quando só tem as características e o vulgo, porque pode haver dualidade. Então pode haver a injustiça. Qualquer que seja a prisão, ela é dolorosa. A prisão temporária de um



crime hediondo são de 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias. É um cerceamento de liberdade. Então não pode haver falha. Então a gente tem esse monitoramento. A condução à delegacia para fazer ouvida, pura e simplesmente, e depois a liberação, não é constrangimento legal. Então, se não é constrangimento legal, eu uso dessa faculdade da autoridade policial, que o Código de Processo Penal me concede e fazemos um monitoramento. Nós temos um banco dados. Isso é importante por quê? O cara sendo ouvido na Delegacia de Homicídio, por mais facínora que ele seja, por mais hedionda que seja a mente desse indivíduo, automaticamente ele sabe que está sendo monitorado, ele sabe que vai ficar fácil de localizar. Então a impunidade vai muito por isso: “Não, nunca fui numa delegacia”. É o que a gente chama de mosca branca. Ele nunca esteve numa delegacia, então não tem a qualificação desse indivíduo. Isso também ajuda a impunidade, e ele... até cair. O que é cair? Até ser pego. Ele começa a praticar os delitos, por que? Porque ali é uma forma de manter o “*status*”, entre aspas, daquela localidade. E nós fazemos também, além da monitoração, nós trabalhamos também em incursões onde esses grupos de extermínio costumam beber, costumam ficar, porque geralmente estão armados. Então, quando você não localiza para intimidar ou coisa que o valha, você, automaticamente, faz uma batida policial com o grupo que está monitorando, traz esse pessoal, autua por porte ilegal de arma, que, mesmo sendo um TCO, a gente tem condição de autuar. Autuando, a gente já tem ele ali, mesmo ele pagando uma fiança. Mas a gente, quando faz uma amarração com o grupo de extermínio, eu não arbitro a fiança, e o Promotor e o Juiz colaboram, e ele vai para a cadeia, mesmo sendo TCO, porque tem um inquérito em andamento. Sim, nós também ficamos de falar sobre a importância do inquérito policial. O inquérito policial é o remédio quando a célula da sociedade, ela é ferida em sua área penal. Por quê? O direito à vida, o direito à integridade física e moral é tutela do Estado. Então, o Estado tem o primeiro remédio, que é a fase inquisitorial, que é o inquérito policial. Então, quando uma pessoa mata, o homicídio, a morte do homem automaticamente fere o ordenamento jurídico. E esse ferimento do ordenamento jurídico são os anticorpos, que somos nós, na infantaria da percepção criminal, que vamos instituir a portaria e, automaticamente, começar a trabalhar para saber sobre a materialidade, procurar a materialidade do crime, que é o corpo, procurar sobre as circunstâncias como esse



crime foi perpetrado e as autorias ou autoria daquele crime. Então, automaticamente, é isso que mantém atrás das grades o meliante, o infrator, o criminoso. Se você não fizer um bom inquérito, amarrado, vem um advogado. Se esse grupo é especializado, se ele é ramificado, ele tem condição de um bom advogado. Então, automaticamente, ele vai ver as falhas do inquérito. A denúncia, ela não vai ser bem feita ou vai voltar para a delegacia como quota ministerial, e daí demanda de tempo, e o tempo é inimigo da prova, porque o tempo corrói a prova. E outra coisa. Também dá condição do meliante de impor o medo na localidade. Se a coisa é imediata e é tomada, você, automaticamente, tira do convívio, através das prerrogativas da prisão temporária, e ele, automaticamente, fica sem condições de persuasão frente às testemunhas. E a gente trabalha nesse sentido, para que o inquérito seja feito de forma legal, imparcial e impessoal, e o mais técnico possível. Porque nós, quando fizemos o curso em São Paulo com a Scotland Yard, fizemos aqui em Brasília, 30 dias, de crime contra... Investigação contra Crime Violento, depois fomos para São Paulo com a Scotland Yard. Não tem nada de diferente, eles não inventam a roda, não inventaram a roda. Automaticamente, a diferença deles é porque, tecnologicamente, eles estão muito na frente de nós, porque a prova técnica aqui no Brasil ainda precisa ser muito bem trabalhada. A prova técnica sendo trabalhada, evita essa importância vital da prova testemunhal. Então, a prova testemunhal hoje, no Brasil, ela ainda tem essa importância vital, porque a prova técnica, ela é falha, porque não é respeitado ainda o local de crime, porque o local de crime fala de per si. O local de crime, para um bom investigador e para os peritos criminais, ele diz muita coisa, ele evidencia, por mais que seja profissional, o meliante. Então, a gente torce em que continuem investindo na Polícia, principalmente na Polícia Judiciária, porque já está defasada, está muito defasada; na Polícia Científica, que faz parte da Polícia Civil; para que a prova técnica seja melhor trabalhada e, automaticamente, seja de forma indubitável a prova contra o meliante. E aí, ele não tem... não tem advogado que tire, e ele vai cumprir a pena. Não precisa aumentar a pena, não, porque prisão nem para comer doce, e 30 anos é uma vida. Agora, o Direito Positivo, ele tem que ter uma celeridade maior, porque o número de recursos só dão vantagem, só existe a vantagem para o meliante, porque são inúmeros os recursos, empurra com a barriga o processo, o inquérito é feito, é



mandado, é feita a denúncia, e começam os recursos. Então, esses recursos, eles procrastinam a percepção criminal. Então, eles, automaticamente, eles vão, através desses recursos, conseguir — como é que chama — pulverizar o bom andamento do processo. E, automaticamente, quando chega no final, o clamor social já não é tanto. E isso prejudica, e muito, porque a sociedade não tem aquela resposta da sentença do processo, porque é muito demorado, existem muitos recursos. Então, a celeridade do processo é importante na percepção criminal. O inquérito, não é? O inquérito, ele tem que ter treinamento de pessoal. O policial tem que ser trabalhado. O policial de investigação de homicídio é um policial que usa muito o tirocínio, usa a argúcia, usa a experiência. Como eu, por exemplo, professor de Matemática e Física por 10 anos que fui, uso também as Ciências Exatas. Fui também perito auxiliar, 6 anos. Então, no Instituto de Criminalística, a gente acompanhou, fiz local de crime. Então, isso ajuda muito. E vários cursos que estamos fazendo no Brasil afora, graças ao apoio, também, do Governo de Pernambuco. O treinamento dos policiais, tanto policiais civis quanto militares ou federais, qualquer agência de segurança, é importante o treinamento. Porque se o policial de ponta na rua falha, ele vai ceifar vidas, que é a tutela maior do Estado. Não existe bem maior que o Estado tutele do que a vida. Então, ele, automaticamente, policial civil ou militar, quando há um embate na rua, que muito já foi esquecido que são eles que estão e eu que faço rua, que faço operações táticas, eu sei da dificuldade, eu sei do problema. Então, tem que haver treinamento, porque num embate com o bandido, este joga com todas as cartas, e nós temo que jogar com as cartas legais e preservar, inclusive, a vida do meliante. A preservação da vida inclusive do criminoso faz parte de nosso dia-a-dia. Então, para fazer o embate... O bandido começa a atirar no meio de todo mundo, e se você não tiver um treinamento você vai agir pela emoção. O que é pela emoção? Você vai também responder ao fogo. Respondendo ao fogo você vai expor o quê? Vidas humanas. É uma bala perdida. Mas ela não é bala perdida, ela é fruto da falta de treinamento. Ela é fruto do policial que age pela emoção. Por quê? Porque ele está ali para enfrentar o bandido, mas não está preparado. E isso tem que se preparar. O policial de investigação, se faz uma investigação ruim, automaticamente o delegado vai também fazer uma investigação, vai ver que está ruim, vai perder tempo. Porque o delegado que entende de investigação, ao receber uma



investigação do policial malfeita, ele não vai aceitar, vai refazer aquela investigação. Vai perder tempo? Vai. Perdeu dinheiro? Perdeu. E quem perde? É o Estado, em primeiro lugar. E quem perde com todo esse inquérito malfeito? É a sociedade que vai ter um criminoso solto, um inocente preso ou a impunidade de o inquérito não ter sido feito em forma de diligência. Então, quer dizer, a maior integração e o apoio logístico é importante, tanto na área de cartório, quanto dotar as delegacias de atualidade, de computadores, de impressoras com jato de tinta. Porque às vezes falta tinta, falta cartucho para tirar foto do bandido, para fazer o auto de reconhecimento. Porque eu posso não conseguir chegar ao bandido, mas posso conseguir chegar por meio de sua foto. E não tendo jato de tinta fica difícil. Então, isso prejudica a investigação. Se a pessoa pode reconhecer naquele momento, que está com aquela vontade, nós temos que aproveitar também a vontade dessa testemunha. Se ela chega e é orientada, é pressionada, dificulta muito mais. O policial judiciário trabalha com a imediatividade. Acontece o ferimento na malha social e o remédio, os leucócitos da sociedade no Direito Penal é a Polícia Judiciária. Primeiro há o embate com a Polícia Militar que faz a preservação da ordem pública, que também nós fazemos. Mas ele tem o primeiro momento. Então, ele tem de entender também de investigação, o policial militar. Pelo menos de local de crime, para não violar o local do crime. No mínimo isso. Então, é importante que se trabalhe, também, o policial militar. Então, quer dizer, automaticamente ele, não tendo esse conhecimento, vai prejudicar o inquérito. O delegado também tem que ser reciclado, tem que ser aperfeiçoado. Porque se ele não se atualizar com o Direito Positivo, com as novas tendências, e não se aperfeiçoar na investigação, o inquérito dele não vai ser uma peça bem elaborada. Não sendo uma peça bem elaborada, não vai nutrir bem a denúncia. O que acontece? O promotor manda como quota ministerial, vai para o mesmo delegado, ou às vezes manda para a Delegacia de Homicídios, que é especializada e que tem mais treinamento. Mas o que acontece? Vai ser um acúmulo. Se o delegado "A" era para fazer esse inquérito e o delegado "B" é que está fazendo, já houve uma perda de papel, trabalho, tudo, por conta de quê? Falta de treinamento. Então, é importante treinar o homem, é importante investir na parte humana, não só dar o carro novo, a arma nova. De que adianta o cara com uma ponto 40 se ele não sabe utilizá-la? De que adianta ele com uma



ponto 40, com uma carabina ponto 40, com um fuzil AR-15, 556, 762, se ele não sabe utilizar? Ele vai ferir pessoas inocentes. Outra coisa. A informação tem que ser trabalhada. As agências de informação de inteligência são também um grande trunfo que nós temos na investigação. Então, tem que haver... A Agência Brasileira de Inteligência — ABIN, a Polícia Federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar, até as Guardas Municipais, tudo é fonte de informação. Então, tem que haver uma interação, uma integração maior, como já está havendo no Estado de Pernambuco, com o GGI, que é um Gabinete de Gestão de políticas de segurança, que foi criado recentemente, que é a junção da Polícia Federal, da Polícia Civil, da Polícia Militar, inclusive das organizações não-governamentais e da Associação Brasileira de Inteligência, que se vão reunir quinzenalmente por conta do atrelamento inicial, depois se vão reunir mensalmente. Antigamente, só havia o GCRISE, que era quando havia tomada de refém, problema em presídios, aí o GCRISE se reunia. Mas era muito pontual. Agora, não. Esse Gabinete se reúne para políticas de segurança. Então, estatisticamente, onde tem maior incidência de “A” ou “B” ou “C” crimes, automaticamente se vê uma Polícia e a integração das entidades, das agências de segurança. Isso é o que os grandes centros fazem, porque maior do que o número de agências de segurança que têm os Estados Unidos... Acho que não tem outro país que tenha mais agência de segurança do que os Estados. E não trabalham em prol da sociedade? Há problema? Não. Então, é evitar a síndrome hollywoodiana, que acontece com muitos dirigentes, e trabalhar em prol da sociedade. Nós somos pagos para trabalhar em prol da sociedade. E esse ato de informação cria célula cancerígena chamada criminalidade. Então, a criminalidade tem o seu grande berço, seu grande nascedouro, justamente nesse ato de informação. Tenho a informação do meliante. Na mesma delegacia, outro delegado não tem. Aí ele está fazendo uma investigação, conseguiu chegar ao bandido “A”, mas não é do crime dele, é do meu. Mas se não houver comunicação, até na própria delegacia... Imaginem em instituições, outras agências. Outra coisa, os vertedouros da violência que nós elencamos, para não me delongar muito, porque o assunto é um pouco alongado, nós elencamos aqui, primeiro, o desequilíbrio social. Isso é o básico. Agora, não cabe a mim, como agência de segurança, dirimir sobre essa situação. A gente é na parte de Polícia repressiva. Mas a gente entende e a gente faz a parte social. Como



a gente faz a parte social? Respeitando até o meliante, respeitando o treinamento, para que a sociedade não seja aviltada com uma ação errada de Polícia, respeitando também o inquérito policial para não trazer contos de fadas para dentro do inquérito, para não dar satisfação a “A”, “B” ou “C”, pela pressão de “A”, “B” ou “C”. E só trazer fatos. Porque contra fato não há argumento. Porque aí vai nutrir, vai ser escopo para uma boa denúncia, o que, por sua vez, é um bom inquérito, a instrução de um bom inquérito. Então, isso é um respeito à sociedade. A impunidade. Um mal procedimento policial gera o quê? A impunidade. Então, a impunidade é o grande vertedouro da violência, é um dos grandes vertedouros da violência. Fora o desequilíbrio social, a impunidade, porque o meliante sabe que não vai ser punido, sabe que o *jus puniendi* do Estado não vai chegar até ele por conta de incompetências “A”, “B” ou “C”. E ele tem aquele privilégio de fazer, porque, por mais doentia que seja a mente, ele tem a preservação da vida e a preservação do ser. Ele tem o instinto de preservação. Ele sabe que se... Por exemplo, grupo de extermínio. As chacinas diminuíram em Pernambuco. Por quê? Porque o trabalho nosso era incisivo. Aí, eles começaram a pulverizar. Por quê? Porque sabe do trabalho, sabe que o pessoal vai para a cadeia. Então, ele, sabendo que há *jus puniendi* do Estado, automaticamente diminui a impunidade. A banalização da violência, também pela imprensa. Acontece. A banalização da violência. É tão banalizado que as mentes doentias acham normal matar. Normal. O cara vai assaltar, se a vítima reagir, principalmente os adolescentes que são mais incoseqüentes, até por conta da sua formação e da sua impetuosidade, por conta genética e psicologicamente e também socialmente, porque são endurecidos e embrutecidos no ambiente do submundo, eles matam, matam com a maior banalidade. E chegam ao Poder Judiciário, quando de suas oitivas, que diz que vai matar o delegado, porque eu já fui ameaçado, na oitiva do Juiz, que ele dizendo que vai matar o delegado de homicídio. Ele falou: “*Vou matar o delegado Roberto Geraldo*”. E a Juíza foi educada e botou: o delegado de homicídio. Mas isso é só na hora do clamor. Claro que ele não vai fazer isso, porque estou vivo. Agora, o problema é a impetuosidade, é a credibilidade nas agências de segurança. E um Estatuto da Criança e do Adolescente mais atualizado, referente a essa nossa sociedade dura. O desaparecimento também, porque Recife e Pernambuco estão



com bom aparelhamento. Mas isso não é a realidade de todos os Estados, por exemplo, como a do Nordeste e a do Norte. Embora esteja melhorando. Nós fizemos vários cursos com delegados do Norte, do Nordeste, do Sul e do Sudeste, e o treinamento está se evidenciando através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, a política de segurança que nunca houve no País. A perseguição feita... Para concluir, a corrupção, também. O crime organizado tem vários braços, como bem disse, muito bem colocou o nosso máximo em cargo, o Presidente da República, que tem braços em todos os locais. Então, é isso, a coisa bonita que a gente está vendo aí: são colarinhos brancos sendo presos, pelo bom trabalho das Polícias Civil, Militar e Federal. E também pessoas que são de agências de segurança, para proteger a sociedade, automaticamente se locupletam do cargo para nutrir o crime organizado. É importante que se institua — já foi instituído com a Constituição, o advento da Constituição de 1988 — que o delegado de polícia tem que ser bacharel em Direito e tem que ser concursado. Então, em todas as unidades, o delegado de polícia, que é uma carreira jurídica... Você vai tratar de um inquérito policial; vai apurar as circunstâncias do crime, como se houve o crime; vai apurar as autorias do crime e a materialidade, e nisso entram Matemática, Física, Criminalística, Direito Penal, Processo Penal, até Processo Civil e Direito Civil. Como é que um leigo pode ficar no cargo de delegado de polícia? Isso é uma excrescência, é o chamado calça-curta, que ainda tem em muitos Estados, e que a Constituição já aboliu isso. Então, tem que fazer concurso para novos delegados, tem que respeitar a sociedade. Isso é um desrespeito à sociedade. No mais, já devo ter me alongado, e devo ter passado do tempo. Peço desculpas. Eu estou à disposição. Se algo não foi colocado, estamos aqui à disposição dos nobres presentes.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Presidente, como nós vamos ter votação, na Ordem do Dia, então, solicito de V.Exa. que, antes de fazermos as indagações, votemos os 4 requerimentos que estão para serem votados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Atendendo à sugestão do Deputado Luiz Couto. Sobre a mesa Requerimento nº 39, de autoria do Deputado João Alfredo, que requer sejam convidados a participar de audiência pública desta Comissão a Juíza Maria Valdeniza de Souza Bernardo e o Promotor Guilherme



Soares de Lima, ambos da 1ª Vara de Limoeiro do Norte, no Estado do Ceará". Em discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado, por unanimidade. Sobre a mesa Requerimento nº 40, de autoria do Deputado Luiz Couto, que seja convidada a prestar depoimento à CPI a Promotora de Justiça da Comarca de Santo Antônio de Jesus, no Estado da Bahia, a Dra. Ana Rita Cerqueira Nascimento. Em discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado, por unanimidade. Sobre a mesa Requerimento nº 41, de autoria do Deputado Luiz Couto, que solicita que sejam convidados a prestarem depoimento à CPI o Delegado de Polícia Civil Guilherme Sérgio Tavares Cavalcanti e o Secretário de Direitos Humanos do Partido dos Trabalhadores Regino Antônio de Pinho Filho, ambos do Estado do Ceará. Em discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado, por unanimidade. Sobre a mesa Requerimento nº 42, de autoria do Deputado Luiz Couto, que solicita sejam convidados a prestar depoimentos à CPI os Promotores de Justiça do Ministério Público da Comarca de São Luís e da Comarca de Imperatriz, no Estado do Maranhão. Em discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado, por unanimidade. Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Dr. Roberto Geraldo, Delegado-Chefe do Núcleo Especializado na Apuração de Homicídios Múltiplos, talvez tenhamos algumas divergências em relação à maioria penal, mas não interessa discutir isso aqui, podemos discutir em outro momento. Mas interessa o que o senhor colocou acerca da ação dos grupos de extermínio principalmente na Grande Recife, em Recife e na Grande Recife. Uma grande preocupação que V.Sa. colocou é em relação aos bons e maus inquiridos. Às vezes, é porque o delegado não está bem preparado, porque, algumas vezes, alguns dos aspectos são fundamentais para o inquirido, que é o exame local. Porque, aí, você vai... Normalmente, quando não se quer investigar, ou não dá em nada, você adultera o exame do local. Aí, entrou gente, antes do delegado chegar ou da perícia os policiais já entraram, já mudaram a ordem das coisas. Também a simulação é um elemento fundamental nessa questão do inquirido, na prova técnica, no sentido de... até no horário em que o



crime ocorreu. Hoje de manhã, V.Sa. falava de um crime que aconteceu - e eu gostaria que V.Sa. falasse sobre aquele crime -, em que um adolescente que ficou embaixo da cama. No horário em que o crime aconteceu, a simulação foi responsável pela prisão de pessoas que cometeram aquela espécie de chacina. Porque lá foi uma chacina, uma vez que quase toda a família foi eliminada. Mesmo tendo 6 delegados, 7 cartórios, 60 policiais, a ação do núcleo se resume em Recife, na Grande Recife ou em todo o Estado de Pernambuco? Se a atuação dele é apenas uma atuação na Grande Recife ou se esse núcleo atua também em outras áreas do Estado de Pernambuco? O senhor falou acerca da ação de pessoas que são contratadas por empresas não legais, não cadastradas de segurança privada, e que algumas dessas pessoas também estariam nessa ação de extermínio, quer dizer, também contratados para essa atividade. Parece que essas pessoas ganham não apenas em termos de recursos financeiros, mas também ganham em termos de reconhecimento por parte, inclusive, da criminalidade. Ou seja, quem cometeu, quem mandou 60 pacotes, vai ter uma importância fundamental no mundo do crime. As pessoas do mundo do crime vão olhar para essas pessoas com outro olhar. Daí, também, essas pessoas, quando elas crescem em termos da atuação, a dificuldade é maior para que a polícia possa chegar a essas pessoas, uma vez que elas têm, em torno delas, um aparato de segurança, têm também informações, já que eles montam, também, um esquema de informação, para se contrapor ao esquema de segurança da polícia? Também tem os olheiros? Tem também o clima de medo e de terror, que eles espalham e alimentam isso? Na sua fala, parece que na questão dos extermínios está presente o tráfico de drogas. Também estaria presente tráfico de armas. As armas que são utilizadas são armas da própria corporação ou são armas contrabandeadas, são armas também que o próprio crime se encarrega de vender? O senhor poderia me dizer se é verdade que eles usam fartamente munição. Muitas vezes, a munição, que é para assegurar a tranquilidade e a paz da população, que alguns policiais utilizam-se de munições da própria corporação. Em exercício de treinamento, houve um caso de um soldado do Ceará que disse que a cada dia eram 200 balas só em treinamento que ele gastava. De onde vinham essas balas, só Deus sabe. Uma das formas de enfrentar o grupo de extermínio não seria, além daquelas preocupações que o senhor coloca, da impunidade, da corrupção, o



enfrentamento do tráfico de drogas e o tráfico de armas? Ou seja, a lavagem do dinheiro é um elemento, a impunidade, mas não seriam também esses 2 elementos que, juntamente com a impunidade, com a corrupção, com a lavagem do dinheiro, dariam força para os grupos de extermínio atuarem de forma mais aberta? Esses grupos de extermínio agem abertamente ou agem encapuzados? Porque em algumas áreas primeiro eles fazem encapuzados, mas com o tempo eles já agem abertamente, não têm mais nenhuma preocupação, porque eles já comandam quase que toda a estrutura de um bairro ou do local, e a população, com medo, não dá qualquer informação à polícia sobre aquilo. Ou seja, quando a polícia chega: “não vi”, “não sei”, “não me comprometa”, “fulano é muito bom”. E até às vezes, quando a polícia prende, há o caso em que eles vão fazer manifestação para soltar fulano, porque fulano é muito bom, fulano só faz o bem, que a polícia está fazendo... Tem disso também em Pernambuco? Outra questão: o perfil das vítimas. O senhor já colocou o perfil dos matadores, mas seria importante verificar o perfil das vítimas e a incidência em que acontecem. Os crimes acontecem a qualquer momento? E a incidência maior é à noite? Da noite, em que momento acontece com mais intensidade? Onde todo o gato é pardo, onde ninguém vê, ninguém sabe, mas depois o pacote aparece no outro dia. O senhor atua na região metropolitana da Grande Recife. Já deu para identificar quantos grupos de extermínios atuam nessa região? E se são grupos que atuam só numa região ou eles têm uma mobilidade muito grande em que hoje eles atuam aqui, daqui há pouco estão em outro lugar? Há troca entre eles? Outro fato. Além de exterminar, que é aquele momento em que eles chamam da limpeza, depois parece que eles matam também devedores, pessoas que devem e eles vão cobrar. Essas pessoas muitas vezes pagam, e para que eles fiquem com o dinheiro da cobrança terminam matando depois que recebem o dinheiro. Há também execução de galera com galera ou de grupo com grupo. Por exemplo, um grupo entrou no espaço, e aí um outro grupo tenta eliminar, porque aquele espaço é dele, ninguém tasca, eu vi primeiro. Ou seja, é sempre atuação. Isso acontece também naquela região? A questão dos inqueritos que foram instaurados. O senhor parece que tem um fato do que acontecia antes da criação do núcleo e o que aconteceu depois. Eu gostaria que o senhor fizesse uma comparação entre a ação anterior e depois. Há vários homicídios de autoria não



identificada — são os chamados crimes misteriosos. Dos chamados crimes misteriosos, qual o percentual que a polícia conseguiu, depois de trabalho mesmo com as provas corroídas, mesmo não tendo feito o inquérito corretamente, de autores que o Núcleo conseguiu identificar? O senhor falou de policiais civis e militares envolvidos, também de ex-policiais. Também ex-presidiários atuam, são contratados nessa ação? Há casos de agentes penitenciários? Os chamados pistoleiros de aluguel, que muitas vezes saíram e foram morar nas cidades, também há envolvimento dos chamados pistoleiros de aluguel? Que líderes maiores desses de extermínio há lá nessa região? O senhor poderia citar os nomes dos que estão presos, dos que já morreram e dos que ainda estão atuando, e a polícia não conseguiu ainda colocar a mão neles? E por que a dificuldade de a polícia conseguir prendê-los? Há autoridades envolvidas nesses crimes — e autoridades podem ser comerciantes, podem ser Vereadores, podem ser delegados, enfim, autoridades, alguém que exerça alguma função pública ou mesmo de poder econômico envolvido com essa ação? Quem são os financiadores dessas atividades? Deu para identificar mandantes desses crimes ou, na maioria, há dificuldades em se identificar o mandante, ou mesmo o patrocinador ou financiador? Eu não sei se em Pernambuco há, mas há casos de membros de extermínio que servem como seguranças de autoridades do Judiciário e do Ministério Público. Isso também acontece em Pernambuco? O disque-denúncia. Interessante que o senhor colocou o disque-denúncia. Quantas denúncias chegam mais ou menos por mês por esse disque-denúncia? Quantas têm veracidade e consistência nas informações? Acontecem trotes ou o sistema de senha impede que os trotes aconteçam? E esse ressarcimento é feito pelo próprio Governo do Estado, a Secretaria de Segurança Pública, que tem recursos para isso aqui? Como é que acontece esse tipo de ressarcimento, se de fato há procedência da informação? A rota das drogas é a mesma rota das armas. Diria também que é a mesma rota do extermínio? Ou é diferente? O senhor disse que vêm por mar e por terra as drogas e as armas. E por ar, também vêm? Há casos de identificação de drogas e também... Os gansos, os arques, os chamados também em outros lugares giletes, porque pegam informação da polícia e levam para os bandidos e também repassam, e é nesse intuito que ele se mantém vivo, porque ele tem tanto proteção, às vezes, de um lado como a



proteção do outro. Porque se ele trouxesse as informações para a polícia e o bandido lá soubesse, não tivesse uma contrapartida, com certeza ele não... É verdade que a terceirização do crime de extermínio, das mortes de extermínio, que o exterminador repassa para que outros grupos possam fazer o serviço, uma vez que a vida do pistoleiro ou do exterminador, se não tiver cuidado, é pequena, e ele para não se envolver com outros passa essa atividade? Ou, então, ele divide, ele recebe o dinheiro para fazer aquilo e repassa parte do dinheiro para outro grupo fazer a ação criminosa? O senhor falou que o tempo é inimigo da prova, que corrói a prova. E aí o senhor coloca a questão do delegado de carreira. Que é fundamental o delegado preparado, capacitado, reciclado, porque não basta só ser delegado de concurso e depois ficar na rotina; tem que se capacitar cada vez mais, porque, como o senhor disse, enquanto o bandido tem informações privilegiadas, se recicla, tem armas potentes, muitas vezes a própria polícia não tem isso aqui. Como se diz lá na Paraíba que combatemos, às vezes, o bandido lá, o traficante, enquanto eles têm armas potentes, aqui a polícia tem 2 tiros e 1 carreira. Tem delegados comissionados ainda em Pernambuco ou não? Ainda ou isso já se acabou em Pernambuco, os chamados calças-curtas? E, para concluir, é uma coisa que para mim chamou a atenção e que o senhor tem razão mesmo, é que o crime de extermínio ele não está isolado porque há também a ação de extorsão, a extorsão da morte. Há também esses grupos que começam limpando, mas depois se tornam quase que bancos para tomar, quer dizer, cobrar o dinheiro de uma dívida. E o senhor colocou a questão, além da celeridade do processo, que é fundamental para se chegar a punir as pessoas responsáveis, o senhor colocou que 2 coisas são fundamentais para o combate a qualquer atividade de criminalidade: informação e inteligência. O senhor acha que as nossas polícias estão tendo mesmo esse trabalho de inteligência no sentido de fazer o trabalho de prevenção? Porque às vezes é o trabalho de repressão que vocês fazem. Mas o trabalho de inteligência de informação daria condição para fazer essa prevenção, de impedir que aquele grupo se organizasse. Às vezes a chamada inteligência, não sei se acontece mais em outros lugares, é um trabalho mais de bisbilhotar a vida das pessoas, que seria quase que o olhar e os ouvidos do comandante da Polícia ou do chefe lá para tentar não... A inteligência e a informação na atividade policial tem sido uma prioridade ou



isso ainda é uma coisa que está presente lá no núcleo, mas na grade expressão da segurança pública, até para dar uma segurança de qualidade para população seria fundamental? E depois, como final, como o senhor delegado é também estudioso, que sugestões, que propostas o senhor daria no sentido do combate efetivo a todo esse tipo de criminalidade que o senhor discorreu durante o seu pronunciamento? E é claro que, como delegado... Às vezes o delegado tem informações que não pode passar de forma aberta porque isso atrapalha as investigações. E eu perguntaria se o senhor teria alguma informação que o senhor gostaria de falar para a CPI, até para elemento de investigação, se o senhor teria alguma outra informação para responder em caráter reservado. Ou se as informações que o senhor tem são essas mesmas e que o senhor não teria nada para responder de forma reservada. Muito obrigado.

**O SR. GERALDO ROBERTO PEREIRA** - Em primeiro lugar, agradecer a atenção de V.Sa. referente às questões aventadas em nossa fala. Nós vamos tentar agilizar, porque são 32 questões, só 32 questões. Dá para interrogar, ser um bom interrogador. Referente às perguntas dos maus e bons IPs, inquéritos policiais. Referente ao local de crime, quando ele é idôneo, que ele é encontrado da maneira que se encontra, ou ele é inidôneo, quando tem, ou propositadamente ou por falta de conhecimento, porque a insipiência também promove o trabalho errado... Você, às vezes, olha um projétil encrostado numa edificação, você tem que fazer a raspagem, você tem que fazer a coleta com um material resistente e não entra em contato, em atrito com o projétil para não descaracterizá-lo mais do que ele já está, porque ele entrou em atrito com aquela superfície dura e há uma deformidade, e essa deformidade vai atrapalhar as raias que ficam encrostradas quando ele sai da boca do cano, que fica a alma das raias marcadas no projétil. Então, você tem que fazer, escariar para poder puxar e envelopar, entre outras coisas. A impressão digital que está latente aqui, em que você tem como colher essa impressão digital através de um pó químico que desenha a impressão e você vem com uma fita e retira aquela impressão. Então, você tem que saber fazer, porque quando você não sabe: oh!, tira esse copo daqui. Aí perdeu já tudo. Então, automaticamente é uma situação em que você tem que saber trabalhar a prova técnica. E quando você tem o conhecimento você sabe preservar. Porque você, quando não tem o conhecimento, você até querendo ajudar prejudica. É como a gente vai fazer um socorro, se teve o problema



na cervical aí você pega a pessoa de todo jeito, aí houve uma cisão na cervical, automaticamente falta de oxigênio, matou. Quando você põe uma tala, quando você isola, aí vêm os paramédicos. Então, aí, automaticamente, o quê? Você preservou a vítima. Então, é justamente você salvar a investigação é o local de crime, é deixar ele idôneo, porque ele inidôneo é justamente quando você viola o local de crime. Às vezes, por exemplo, a vítima está com um documento no bolso e aí está em decúbito lateral, está em decúbito dorsal, que você não... Aí o cara pega puxa para identificar a vítima. Não, porque eu tenho que identificar a vítima. O local é da Polícia Científica, o local é da Polícia Técnica. Então, você tem que isolar, e o perito chegar e fazer os primeiros procedimentos. Teve um crime agora que estou investigando em que a própria Polícia Civil, o plantão, chegou no local, houve vários disparos, porque foram vários tiros que alvejaram a vítima, a pessoa percorreu, ela teve uma trajetória levando os tiros, até para se preservar, tentou sair do seu algóz e não conseguiu... Sabe o que foi que aconteceu? Recolheram os objetos, os projéteis! E botaram num punhado, disseram: Oh!, doutor, a gente recolheu aqui os objetos, botou aqui para o senhor fotografar. Quer dizer, automaticamente inidôneo. Então, cada local iria dar o quê? A trajetória. O local onde os projéteis estavam repousados iria dar a trajetória. Quer dizer, tudo isso aí prejudica, não é? Então, tem que entender sobre local de crime, desde o policial militar, do soldado de polícia que está ali na patrulha ordinária até o comissário de polícia, o delegado, tudo, todos têm que entender do local de crime. Claro, ao delegado é inerente, estou falando a polícia ostensiva. Porque o policial civil quando faz isso é porque na academia ele não assistiu aula como deveria, porque se ele assistisse a aula como deveria, na academia ele já aprende, em Criminalística, a preservação do local de crime. E lá na delegacia de homicídios a gente faz também palestra com peritos, para que o perito, que é o responsável pela prova técnica, faça proferimentos em que o policial tem que preservar a prova técnica. Então, o mau inquérito é quando ele começa mal. Começou mal vai terminar mal. Para corrigir, você tem que ter um conhecimento muito forte. É como, por exemplo, vem um mau inquérito de quota ministerial para mim, aí eu vou pegar tudo novamente, refazer tudo novamente. A gente tenta, aliás, a gente consegue, das várias vezes, trabalhar corretamente e consegue terminar o inquérito, mas é muito trabalho e é muito difícil. Quando a coisa já vem torta,



trabalha 10 vezes mais e há também a dúvida de ter ou não ter o bom resultado. É feito o caso de um paramédico que faz um trabalho errado e leva o paciente para a UTI. Quando chega lá, o cirurgião pega todos os procedimentos iniciais errados, vai ficar mais difícil a cirurgia, perdeu mais sangue, teve mais problemas, vai dar mais problemas ao... E ele pode salvar ou não, ele não tem a culpa inicial, por quê? Porque o paramédico não fez. Geralmente o paramédico trabalha correto. Estou sendo até um pouco incisivo, mas eles trabalham correto. Então, primeiro que o delegado de polícia é importante que já tenha esse entendimento, o nível está muito bom lá no Estado de Pernambuco, em que o inquérito policial é a infantaria da percepção criminal. É através do inquérito policial que a gente vai ter um bom processo, uma boa denúncia, um bom processo. Então, é importante que faça cada parte, que investigue, que veja o perfil das vítimas - que a gente vai falar -, que investigue também os acusados, que investigue também todos os parentes. Às vezes, a mulher foi assassinada e o esposo está lá chorando quando foi ele que agenciou, ou a esposa está numa boa, chorando, aquele negócio todo, quando foi ela que agenciou por causa do seguro. Eu já fiz vários inquéritos disso. Ela mandou matar para poder ficar com o seguro e já tinha um substituto. Já. O candidato substituto já estava no enterro, organizando o féretro, e a gente conseguiu a prisão temporária no enterro: Meu filho, eu sinto muito, mas você vai ter que sair daqui. Sei que você está muito sentido, mas você vai acabar de chorar no xadrez. Agora, não faça escândalo para poder ninguém notar e continuar esse sentimento tão doce que você está tendo aí da vítima. Então, a gente automaticamente tem que investigar num todo, todos são objeto de investigação, não é constrangimento ilegal. No inquérito policial é objeto de investigação. Referente à reprodução simulada ou à reprodução dos fatos no local do crime, é importante para poder dar ao julgador uma visão maior daquele local. Então, houve um quíntuplo homicídio em Cavaleiro, em Jaboatão, não foi nem em Cavaleiro, mas Jaboatão dos Guararapes. Eu fui acionado às 6 horas da manhã. Esse homicídio ocorreu por volta das 23h30, meia-noite. O cara era de turma do apito, da turma de segurança de praça, segurança de comerciante, aquela segurança informal de comerciante. E ele era araque de policial militar também, se protege com policial militar, dá uma cobertura, dá uma informação ao policial civil e tal e fica bonitinho, fica direitinho na fita, até que se achem todos os



delitos dele. E ele, com outro comparsa dele, tiveram problema com um menor, tentaram ganhar a arma do menor. O que é ganhar a arma do menor? É tentar imobilizar o menor e segurar a arma do menor, roubar a arma do menor. O menor, que era delinqüente referente à toxicomania, consumidor de drogas e tal e pequenos furtos, conseguiu sair desses 2. Então, esses 2 deram a sentença de morte para ele e ficaram acampanando eles, procurando eles, e nós ficamos, nós conseguimos a prova, porque ele deixou rastro, ele procurou. E ele, por azar deles, tinha uma amante, ele tinha uma amante que morava em cima do barraco. Ele esqueceu da amante, amante antiga que morava em cima do barraco onde esse menino... Pela impunidade, a certeza de que ninguém chegava nele porque era “amigo” de polícia — aspas —, ele simplesmente foi lá procurar saber se o menino estava lá, e aí disseram que o menino tinha ido para a festa. Quando ele esperou todo o mundo chegar da festa, daquela festa do Morro do Jaboaão, dos Guararapes, automaticamente eles foram para executar. O menino se escondeu debaixo de uma cama. Era um cubículo, um cubículo onde você bota o fogão, bota a cama, bota o beliche do menino. Aí está o menino chorando, está a senhora desconfortável lá naquela situação, tudo, uma pocilga o barraco, barraco de taipa, de barro com varas, a chamado taipa. E não tinha conforto nenhum, não tinha nada, subumana a vida. Eles arrombaram a porta, porque a porta não tinha muito o que arrombar, era aquela de 2 folhas, arrombaram a porta e começaram a atirar indiscriminadamente. Por quê? Porque eles têm juízo de valor por conta de vários crimes que cometeram, em que seres humanos pobres... E porque o menino era bandido, porque não teve alternativa de estudo ou perspectiva que o valha, não teve boa educação, não teve saúde, não teve uma família que desse escola para ele. Então, automaticamente, eles os têm como animais, como vermes, guabirus que têm que ser exterminados. E dizem que parente de guabiru, guabiru é, e eles exterminam. Esse juízo de valor não lhes traz nenhum remorso, já são acostumados na arte de matar — quer dizer, “arte”, entre aspas, porque isso não é nada de arte —, nessa hediondez de matar. Então, ele chegou, matou uma senhora sexagenária, matou 2 irmãs. Foram 5 mulheres, inclusive uma de 14 anos, que foram ceifadas de forma sumária e covarde. Eu digo covarde porque não tiveram chance de defesa. Então, de forma covarde e sumária, ele decretou e matou também a irmã desse menor, que também



vivia com delitos — ela se prostituía, consumia drogas e teve discussão com eles, antes, por conta de um terreno que eles queriam invadir e elas não deixaram. Era do tipo daquilo que vocês já ouviram falar, que, nas comunidades pobres, chamam balista. Já ouviram falar? Dá um “balho”, ou coisa que o valha, de abrir o verbo, de arriar, de chutar o pau do barraco. Então, chutou o pau do barraco, encarou ele, e ele não gostou, decretou pena de morte também para ela. Mas o menino, embaixo da cama, assistiu a tudo, deixou que a matança ocorresse, a mortandade, a matança ocorresse. Depois, eles foram, conferiram, procuraram o menino e não acharam. Como ele tem compleição magra, ele conseguiu se retrair. Você veja, com adrenalina e o cara de compleição magra, ele diminui a silhueta, e muito, ele vira um contorcionista por conta da descarga da adrenalina e a preservação da espécie. Automaticamente, eles não viram. Saíram. No outro dia, esse mau caráter... Isso foi acionado às 6 horas da manhã. Às 9 horas, eu prendi ele na praça, o que a gente conseguiu. Ele ficou, se apresentou à delegacia de Jaboatão, o delegado o acolheu, fez a primeira ouvida, me acionou às 6 horas da manhã, nós fomos para lá com o grupo do NEAHM e fizemos a prisão. Eu, pessoalmente, fiz a prisão dele na praça, de forma técnica e operacional, justamente para ele não sacar a arma e não atirar, porque, para você caçar o bandido... Desculpe a expressão “caçar o bandido”, mas para você fazer uma boa prisão, é como fazer prisão de um animal feroz: se você não usa a técnica, você vai se machucar; você vai machucá-lo, vai machucar o animal, não vai conseguir capturá-lo e ainda vai se machucar. Porque nós também, lá no NEAHM, temos treinamento de contenção de animais selvagens. Por quê? Porque quando eu vou prender num sítio, eu vou prender numa fazenda, eu posso encontrar com um animal selvagem. Um *pitbull* são 2 toneladas de mordedura; é pegar a costela de um boi, mastigar, e cair uma de um lado e outra de outro. Então, se você não souber trabalhar... E outra coisa, em charcos, tem muita cobra, animal peçonhento, tem até jacaré. Então, se você não tiver a noção de como andar num charco, você vai ser uma vítima também. Então, a gente treina até isso. Então, o bandido é isso, o meliante é isso: se ele nota que a operação foi justa e bem feita e ele sabe que, se reagir, pode se dar mal, ele não tem reação. Só se for um *kamikaze*, e foram poucos os *kamikazes*, durante 18 anos que eu tenho. Referente à reprodução, para comprovar essa situação, ajudar o Ministério Público e também



fazer um bom inquérito, eu fiz a reprodução simulada no horário. Por quê? Porque o grau de luminosidade é o mesmo, você vai ter a óptica, a utilização da óptica, a física da visão e dos raios de luminosidade. Nós vimos também o acondicionamento, o ângulo de visão, ascendente. Nós fizemos também um teste de audiometria num horário. Para quê? Voz. A menina no barraco de cima reconheceu pela voz. Será que ela está dizendo a verdade? Então, vamos botar um policial lá no barraco, policial meu, do meu núcleo, e vamos falar aqui embaixo. Vamos mandar o cara falar para ver se dá para ouvir a voz. A questão da identificação é fácil porque ela foi amante dele, ela conviveu com ele. Além disso, ela identificou o biotipo, porque ele estava com capuz e depois tirou. Ela identificou, foi Pedro Fulano de tal, e automaticamente nós a protegemos. Então, daí, ficou indubitável a prova técnica e a prova testemunhal de que a gente comprovou que ele esteve perseguindo o menino, ele teve problema com a menina e que decretou a morte dos dois. Estão presos até hoje. A atuação do NEAHM. O NEAHM, por portaria, atua exclusivamente na região do Recife, de triplo homicídio em diante e atua concorrentemente na região metropolitana, como também em outro Estado. O que é concorrentemente? Se o delegado tiver material para terminar o inquérito, porque houve a chacina no local dele, ele faz o inquérito. Por quê? Nós vamos apenas dar apoio, se ele precisar, porque não existe a síndrome holywoodiana, nosso produto final é para a sociedade. Então, ele faz o inquérito. Então, essa portaria, nós elaboramos essa portaria e foi corroborada pela chefatura de polícia com o departamento jurídico lá, porque nós tiramos da delegacia do Estado de São Paulo o núcleo de chacina e acoplamos mais algumas coisas. Sim, então é concorrente em todo Estado e é exclusivo na região do Recife. Milícias particulares, grupos do apito, a ação da polícia no Estado é justamente sobre o monitoramento que nós estamos fazendo, os inquéritos que nós estamos fazendo e as prisões que nós vamos fazendo. Então, esse pessoal já diminuiu bastante. E os Vereadores, que, por sua vez, diziam que davam apoio ou coisa que o valha, a gente não conseguiu a prova, daí não elencar nomes. Eles, se faziam, não estão fazendo mais, porque sabem que o nome pode vir à baila e podem responder no concurso do art. 29 do Código Penal. A repressão é justamente isso, é um bom inquérito, uma boa perseguição criminal e ações também onde os grupos de extermínio se reúnem para beber, se reúnem para gastar o seu dinheiro



— e a gente incomoda com as ações policiais. Dificuldades com os líderes. Há muita dificuldade, porque, quando o cara vai se arraigando na comunidade, o medo aumenta. Quando a turma vai começando a conhecer que Fulano é matador, aí é que o medo aumenta. Quando ele está no começo, alguém fala de graça. Então, a gente teve agora 2 mulheres que foram mortas, e eu estou com os 3 caras presos na minha delegacia, 5, aliás, porque 2 meses depois de um triplo homicídio, elas começaram a falar, e eles decretaram a morte delas. Nós conseguimos provar e estão presos na minha delegacia por prisão temporária. O extermínio, tráfico de drogas, tem armas? Tem, eles têm também. O tráfico de armas é menor. O tráfico de armas está mais ligado ao tráfico de entorpecentes. Porque, para cometer uma chacina, basta um bom 38, uma boa pistola 380, que todo o civil pode ter, pode comprar, adquirir, ou no câmbio... Oficial agora não, porque o porte foi suspenso; só o porte federal, que dá mais trabalho. Mas, informalmente, o bandido não precisa de lei, ele compra informalmente as armas, ele não precisa de lei. Porque...

*(Intervenção Inaudível.)*

**O SR. ROBERTO GERALDO PEREIRA** - Pronto, aí vem direto, né? Agora é que estão fechando mais a alfândega. Eu estive no Paraguai, em 1993, passei armado, voltei armado, e ninguém me parou. Fui para a Argentina, para Porto Iguazu, e ninguém me parou. Hoje, não, hoje a situação está diferente, já foram filmadas situações fortes. A imprensa deu uma grande colaboração nesse sentido, muito boa colaboração, e aí as agências de segurança já estão funcionando de forma mais eficaz. Agora, a fronteira do Brasil é muito grande, né? Então, a dificuldade do líder é quando ele cria o limo, quando ele vai criando aquela couraça através dos pacotes que faz. Grupo de extermínio, munição própria. Tem munição própria, eles compram munição nova: é munição no contrabando, é munição que o comerciante A ou B vende sem nota fiscal do caixa 2, aí chega essa munição, é desvio da própria munição da corporação — ele diz que perdeu, ele diz que foi assaltado, eles usam mil e um artifícios. O enfrentamento do tráfico de entorpecentes junto com o tráfico de armas, em conjunto com grupo de extermínio. Nós temos uma ação conjunta com a entorpecente, porque, geralmente, grupo de extermínio tem droga no meio. Então, como bem colocado pelo nobre Deputado referente a isso, já existe essa sintonia da Delegacia de Entorpecente e Narcotráfico



com a Delegacia de Homicídio. Também o Dr. Aníbal Moura, Chefe-Geral de Polícia Civil, que foi do Grupo de Operações 12 anos, é um homem de operações, como também foi de Delegacia de Homicídios. Eu fui Comissário dele 6 anos num grupo de operações especiais e depois fui delegado-adjunto do Grupo de Operações Especiais Anti-Seqüestro, depois fui para a Delegacia de Capturas e agora estou na Homicídios. Então, veja, ele tem a sensibilidade da operação. Então, ações conjuntas e rondas gigantes de surpresa, com as agências de segurança em locais em que criminalidade é alta, estão sendo feitas de surpresa, e está dando resultado. Grupos de extermínio agem abertamente ou agem encapuzados? Eles agem encapuzados quando no começo, mas a gente prendeu um tal de Gargamel, vulgo Gargamel, que tinha mais de 50 homicídios. Ele matou em um clube social português que fica no centro da cidade, ele matou às 2 horas da manhã, abertamente, dentro do clube português, e conseguiu sair. E nós fizemos a prisão dele. Ele tinha o prazer de matar sem nada. O que é isso? Cheiro da impunidade, é o braço do crime organizado nas várias instituições, nas várias agências. Mas nós conseguimos colocá-lo na cadeia por conta de um homicídio por encomenda que ele fez de um advogado que vendeu uma farmácia a um cidadão e não pagou essa farmácia. Eram 120 mil reais; pagou só 20 mil e 100 ficou procrastinando. Obviamente, o advogado começou a apertar, e o policial civil, que está preso também, agenciou com esse grupo de extermínio para matar. Mas eles deram o chamado vacilo. Ele ficou com o celular aberto dizendo: "Ele está passando" e tal, e a ERB deu puntiforme a sua localidade, porque o erro é de 3 metros de raio. Então, a localidade... Ele automaticamente... O telefone dele. O cara que agenciou ligou para esse policial civil, o policial ligou para esse matador e ficou tudo na malha do sigilo telefônico. Então, automaticamente, nós conseguimos pegá-lo na prova técnica, porque, sem a prova técnica, não tinha testemunha, só o advogado e o matador. Foi na madrugada, não existia testemunha. Então, daí a gente prova que a Scotland Yard não ensina, não inventa a roda aqui no Brasil. A polícia brasileira ainda, na investigação, é uma das melhores. Na parte investigativa; na parte técnica, tem que melhorar muito. E na parte operativa também, porque o norte-americano não entra no morro como os policiais entram no morro, não. Às vezes, você vê policial lá sem colete, ele está com aquela bolsa, ele está com o fuzil, porque para



um fuzil 762 só outro fuzil 762, não existe outro. Para um fuzil 762, só outro 762, porque o poder de destruição, a energia cinética dele é muito forte, nem o 556, que é o AR-15, chamado, porque a munição é pequenininha e ela fura colete isso e aquilo outro. Se o cara estiver com um 762, se ele ganhar distância, o 556 perde. Então, quer dizer, os policiais entram. Não é a maioria corrupta, não. A polícia no Brasil, se fosse a maioria corrupta, nós não vivíamos bem. Ainda vivemos bem, porque você pode sair de casa, você pode dirigir seu carro. Botem uma greve de polícia civil e militar e sintam como é o pandemônio. Você não pode nem sair. Então, ainda... Agora, tem que melhorar a infra-estrutura de polícia. O perfil das vítimas. Vítimas de grupo de extermínio, quando é de gangues, são toxicômanos, ou pessoas que moram na favela, porque não têm condição financeira de morar em outro lugar, e não pode ficar inimigo do traficantes, que, se se meter a besta e não dirigir a palavra, morre, porque eles pensam que está dedurando. *“Fulano não fala comigo, então está me dedurando”*. *“Fulano é meu inimigo, é meu desafeto”*. E se for desafeto de grupo de extermínio referente à entorpecente, é morte. Então, entorpecente mata de 2 formas nos grupos de extermínio: ou porque é dívida da droga, ou porque é desafeto. E se encarar um traficante, eles depois vêm e matam. Não pode encarar um traficante, como também de grupo de extermínio. Eu estava fazendo uma investigação na orla marítima de Boa Viagem, e eu estava lanchando com o meu pessoal. Eram 8 policiais especializados, tanto de operações táticas, como de operações de investigação. E o cara matou a 50 metros de mim. Veio atrás de um desafeto dele por conta de uma mulher, de uma namorada e tal, e o cara encarou ele — ele era de grupo de extermínio — e deu um cacete nele. O cacete é o quê? Ganhou ele na briga. E ele ficou com aquele engasgado e prometeu de matar. Ele investiu várias vezes para matar e não conseguiu. E souberam que ele estava nesse pagode. E a gente estava investigando uma situação nesse pagode, que até o Exalta Samba estava lá tocando. E ele matou na frente de todo mundo, com a cara lisa. Só estava de boné. E eu, a 50 metros, vi o rapaz caindo na areia. Quando o agente, que é especializado, escuta disparos de arma de fogo, a obrigação nossa, do nosso núcleo, é seguir para o som do disparo, se abrigar, quando necessário, ou sempre progredir. Agora, proteger a vítima, aliás, proteger a sociedade, não pode efetuar, mesmo que o cara está na minha alça de mira, mas se tem pessoas, não



atira, mesmo se ele atirar. Aí você tem que tirar o seu dorso da reta. Parece utopia, mas, depois do treinamento, faz, e não se machuca. E a gente correu, correu, ele conseguiu chegar numa Twister. Quem pilota moto sabe que é uma moto 250 rápida, é uma moto Twister. E ele conseguiu se evadir. Nós fizemos a perseguição, depois voltei pro local. Aí encontrei com quem? Três toxicômanos, que eram amigos da vítima, que socorreram a vítima e que conheciam ele. Aí botei 2 no carro, ainda com efeito da droga, fomos para o local aonde ele mora e eu disse — pela pouca experiência que nós temos de 18 anos —: “Ele vai trocar só de camisa”. Por quê? A morte é coisa natural pra quem já é de grupo de extermínio. Ele não fez nada demais. Ele não tem no subconsciente a auto... a censura. Ele vai voltar pra alguma festinha. Dito e feito. Um informante nos levou até lá e ele não sabia, por conta da ingestão de droga e de bebida, pontuar onde era a casa do cara, mas nós estávamos na área. E quando passou 45 minutos de procura, que eu já estava quase desistindo, pensando que o toxicômano — desistindo daquele informante, não é desistindo da ação —, desistindo do informante pra poder pegar outros informantes e trabalhar, passa o cara de moto, com outra camisa, capacete preto, magro como eu vi, branco, e com a Twister preta. Eu digo: “Coincidência não existe. Vamos abordar”. E o abordei com toda a educação possível, com a carteira e com a pistola. Por quê? Porque ele estava armado. Botei a carteira logo. Por quê? Porque você tem que se identificar pro cara não pensar que é assalto. E se não fosse o cara, e ele pensasse que era um assalto? Aí nós, automaticamente, fizemos a abordagem e ele... Eu perguntei preliminarmente de onde ele veio. Ele disse: “Eu vim de casa”. “Você está há quanto tempo, a quantos metros da sua casa?” Ele : “Só a cem metros da minha casa”. Pensando que estava abafando, e ele estava se denunciando. Eu disse: “*Você veio de casa?*” “*Veio*”. “*Você andou com essa moto?*” “*Não. Eu tirei ela, fui no Espetinho e vim pra cá. Andei menos de 500 metros*”. Quando eu toquei a mão no motor, ela estava com até o mormaço da quentura, que você não conseguia nem tocar. Significa dizer o quê? Que andou muito e andou forte. Quando eu toquei no coração dele... “*Por que está tão nervoso? Eu não disse nem o que é, porque estou abordando você. Foi o negócio de um roubo de uma moto, que a sua moto é suspeita. Você não está com o documento da moto?*” E ele não conseguiu diminuir o nervosismo. Aí foi quando nós trouxemos o toxicômano e



ele identificou, e já foi preso, e eu já levei para o IC fazer o exame residuográfico. E quando ele tirou a roupa, eu notei que ele tinha uma marca vermelha nas costas, é aonde guardava a pistola. Fiz o exame residuográfico e deu nitrito e chumbo. Quer dizer, é prova indubitável, com a testemunha e tudo. E hoje ele está no presídio. Então, o perfil da vítima são pessoas desafetos de grupo de extermínio ou pessoas não aquinhoadas, que moram na localidade. Incidência maior de mortes. Geralmente, é das 20 horas à zero hora, o horário que todos estão acordados, todos estão em ação. É justamente esse horário. A migração dos grupos de extermínio. O grupo de extermínio faz favor um para o outro. Nos pagodes da vida... Não sei se aqui tem... aqui tem clubes e tem pagodes também, mas lá tem o "brega". O "brega" não é muito divulgado, não está sendo muito divulgado? Então, tem as gafieiras, que chamam no Norte e Nordeste de gafieiras, não é isso? Então, nessas gafieiras, Deputado, aí fica o cara, que as mulheres vão para ele, porque pensam que estão protegidas. Ele tem um trocado a mais, porque ou é de boca-de-fumo, ou é de segurança, ou é de morte por encomenda. Então, pode gastar. Então, é um paraíso. E justamente, eu boto um pouquinho de sal nesses paraísos toda a vez que eu tenho a informação deles. Então, a migração de grupos de extermínios, onde eles se encontram... *"Tu é de qual área?" "Eu sou de tal área e tal, tal..."* Então, um faz favor para o outro. *"Ó, tu vai matar na área tal"*. Como o nobre Deputado colocou: *"Me faz um favor aqui, que eu estou te devendo um favor ali"*. É a descentralização do crime, a pulverização, porque fica mais difícil quando não é da área: *"Não, não sei, nunca vi por aqui"*. Mas vai ver no pagode, que o cara já esteve lá. E outra coisa: você tem que trabalhar com informação. Antigamente, era o pau-de-arara, ou coisa que o valha. Hoje não, você tem que trabalhar com a informação, com a quebra de sigilo telefônico, a quebra de sigilo bancário. Então, você tem que trabalhar com a prova técnica. Matam devedores de cobrança ilegal? Matam. Já tive casos de PMs fazer cobrança, aí o cara não quis pagar, eles mataram o cara e ficaram com o dinheiro. Policiais Militares. Já estão... foram banidos da Corporação, estão cumprindo na cadeia e vendo a hora de sair e mandando recado para mim. Mas eu não posso visitá-los. Dizendo que vai matar, que isso e aquilo. Eu até que poderia querer visitá-los para mudar essa idéia, tirar essa idéia da cabeça deles, mas aí tem a parte religiosa, que sempre trabalha. E no final da pena, ele já não está com essa idéia.



Grupo *versus* grupo, galera *versus* galera, é o que mais tem em grupo... em tóxicos, entorpecentes, é o que mais tem. É o grupo *versus* outro, para poder pegar o ponto de droga, chamado boca-de-fumo; também Turma de Apito, pegar área de atuação; também segurança particular. Então, tudo tem aquela rivalidade. IPs instaurados, antes do NEAHM e depois do NEAHM. Antes da Delegacia do Homicídio, de eu assumir a titularidade, porque eu sou o chefe do NEAHM e titular da Homicídios, mandavam-se... eram enviados 9 inquéritos por mês. Agora, eu passei para 25. Eu estou chamando, feito a ordem. O chefe de polícia nos deu o pluriemprego, que é uma percentual a mais no salário de cada um, sem fazer hora extra. A Homicídio, o cara, na investigação, tem um percentual de 1% da hora- extra. Então, foi uma ajuda muito forte, carros novos. O chefe de polícia, ele nutriu a Delegacia de Homicídios, que também é orientação do Governador Jarbas Vasconcelos. E também o interior, está-se fazendo muito trabalho forte no interior. Eu sei que tem o problema da reforma agrária, da parte latifundiária. Eu não posso me inserir nesse contexto, porque é departamento... Diretoria de Polícia do interior. Mas quando tem grupo de extermínio, quando tem inquérito para fazer, eu tenho inquérito em todo o Estado, desde o sertão, Mata Norte, Mata Sul. E quando eu chego lá, a gente chega de forma pontual e forte e faz o inquérito. Inclusive, indicia muitos policiais militares. A Homicídio, autoridade desconhecida, qual o percentual? O percentual aumentou muito de autoria desconhecida, porque a autoria desconhecida, você parte do zero. Então, você começa toda uma investigação, você parte do zero. “Quem matou?” “Não, não vi, nunca vi, não sei quem foi.” O cara morreu do além. E a gente consegue chegar lá, através da prova técnica e através da prova investigativa e da persistência do investigador, de nós, investigadores. Ex-presidiários, agentes penitenciários, tem grupo de extermínio? Tem. Ex-presidiário, quando ele não é aceito, reintegrado na sociedade... Veja, a sociedade já exclui, quanto mais os ex-presidiários, não é? Ele começa a delinquir já como preso condicional, é quando está numa penitenciária, que não está no presídio... Aliás, quando ele está numa penitenciária de regime semi-aberto, vai, pratica o delito e volta para a chamada. Pratica o delito e volta para a chamada. É um problema grave o penitenciário, tem que fazer uma reeducação. O sistema penitenciário no País tem que ser reformulado, tem que reeducar, tem que botar esse pessoal para trabalhar, porque,



olhe: “Mente vazia, oficina do diabo. O ócio da mente é a oficina do diabo”. O cara só pensa em fugir, só pensa no mal. Se ele está fazendo naquele regime de progressão para poder progredir, ele está ganhando seu dinheiro, ele está trabalhando para a sociedade e não está se intoxicando de idéias maléficas, não é? Pistoleiro de aluguel. Tem, é mais no agreste. E para pegar o pistoleiro de aluguel, você tem que ter todo o cuidado, é um animal que morde, atira bem. E é importante... não é importante quando a gente não pega... é bom pegar uma pessoa de alto risco mesmo, porque aí prova que seu treinamento está valendo a pena. Os líderes do grupo de extermínio da região. Também. A gente sempre o procura. As autoridades estão envolvidas? Veja, o braço do crime organizado, ele, automaticamente, ele se insere em vários. Agora, não de forma explícita. Daí eu não nomear, não ter nomes para nomear. Às vezes é pela omissão, que também é um envolvimento, a omissão é um crime; às vezes é pela conveniência direta, quase, mas eles não aparecem, desde o juiz, promotor, delegado, não aparece. Então, a gente não tem como provar essa situação. E nem eu vou me arvorar a essa situação. Agora, que existe uma convivência, às vezes, existe. Agora, fica ruim de provar. Quem são os financiadores, patrocinadores das mortes? Geralmente... tem muitos comerciantes que já patrocinaram. E às vezes a gente não chega ao patrocinador, não chega ao autor intelectual. A morte de encomenda, ela é complicada. Membros do grupo de extermínio, segurança de autoridade? Às vezes. Tem autoridades, à moda antiga, do “coronelismo”, que acha que estão bem seguros com esses matadores, principalmente no interior. O disque-denúncia, quanto às suas denúncias, se são veraz ou trotes. Existem muitos trotes. A gente teve um triplo homicídio, em que estava envolvido policiais, o que botaram de trote, para poder a gente fazer uma maionese para se desvincular, não estava no gibi, mas, com uma investigação forte e patenteada na técnica, fica difícil de desvirtuar. O disque-denúncia é muito importante, que é tido como uma senha, você tem a senha. Impede a identificação do bandido; aliás, da pessoa, do bandido pela pessoa; aliás da pessoa pelo bandido. Se o bandido quiser identificar, ele não consegue. Até sem... a denúncia contra policiais, infundadas, às vezes o policial quer identificar e não consegue, é hermeticamente fechada, e dentro da legalidade, você não chega. E ela é pago pelo próprio funcionário do disque-denúncia, que chega no local, diz a senha, vai dizer a



roupa que está e diz a senha. Aí o cara vem com a roupa, diz a senha e paga, aí vai embora. E ele não sabe o nome dessa funcionária. Aí, o que é que acontece? Essa senha... o ressarcimento. O ressarcimento é por comerciante, foi feito um convênio. Então, grandes comerciantes. é importante que a criminalidade, ela venha a baixar, como no Rio de Janeiro. Aquele, o Maluco, Elias Maluco, foi o disque-denúncia. Elias Maluco caiu sem nenhum tiro, mas porque ele quis, porque ele sabia que os dias dele... ele ia reagir. Então, antes que acontecesse um mal para ele, porque ele não foi, até o momento, aquele momento, ele foi inteligente, ele se entregou, ele deu o vacilo. Aí o Disque-denúncia atuou e prendeu. Como também Jones, um grande assaltante de lá, que nós passamos 45 dias, fora das minhas atividades, 45 dias fora da minha casa — nós, em 15 policiais —, e conseguimos chegar, porque ele estava ameaçando a então Chefe de Polícia, Dra. Olga Câmara. Rota das drogas é a rota das armas? É a mesma do grupo de extermínio? Não, não necessariamente. Agora, claro, aonde tem droga, o grupo de extermínio atua. Rota por ar, existe? Existe. Agora, é em menor escala. A maior escala é referente à droga, não é? E a maior escala está na Região Centro-Oeste. Por quê? Nas divisas, na Região Norte, na Região Centro-Oeste. Por quê? Aeronave militar. Ela intercepta, pede para descer, mas não pode abater, mesmo sabendo que é um traficante. Não há na legislação, sinal verde para abater. Eu não sei se deveria haver, mas, pelo menos... É complicada a situação. Tinha que ter uma ação mais forte. Porque você sabe que é um traficante, tem o levantamento de tudo e você tem uma ordem de um órgão oficial para descer, e ele não desce. E ele alcança o espaço aéreo internacional e você fica sem condição. Eu fiz um curso de segurança estratégica na Escola Superior de Guerra, na Associação da Escola Superior de Guerra. E tem essa dificuldade grande pelos oficiais que militam lá no Amazonas, na região, na Amazônia. Os gansos, os arcaques, os giletes, que é duplamente, eles trabalham duplamente, eles se protegem com a autoridade e se protegem com o bandido, mas um dia ele cai. Ou o bandido mata por causa da delação, porque ele delatou, ou o policial tira ele e expõe ele para o bandido. E a gente também faz na investigação, quando faz um interrogatório, diz: *“Oh!, fulano te entregou.”* Um bandido entregando o outro. E, às vezes, não entregou, mas ele fica com raiva do bandido e diz: *“Ah, é? Ele me entregou, foi?”* *“Rapaz, entregou.”* Porque a gente tem história. Agora,



também se você disser sem a história, sem o roteiro, automaticamente ele se vacina, e você não tira mais nada dele. Só com o roteiro. Agem duplamente, sim. Existe terceirização no grupo de extermínio? Existe, como a gente já falou. Fulano vai fazer lá e cá. O tempo corrói a prova? Corrói. Prejudica a prova. Com certeza prejudica. Por isso é que tem que ter policiais capacitados e reciclados para melhor trabalhar. Armas *versus*... do bandido. O tráfico de entorpecente está bem armado. Vocês vêm no Rio de Janeiro. Vocês vêm que tem antiaérea. No sertão já foi apreendida munição ponto 50, que é para abater helicóptero. Helicópteros no Rio de Janeiro já foram abatidos, porque não são blindados. Agora eu acho que devem estar todos blindados. Que é mais caro o blindado. Bota um estilo simples, sem ser blindado, mesmo se o policial botar um colete para sentar em cima dele, o colete dobrado, o 556 e a 762 vai buscar. Então eles têm armas, eles têm armas com visor noturno, eles têm pessoas combatentes das FARC, da Força Aérea Revolucionária Colombiana, que vêm para cá como cidadãos, que já estão sendo monitorados pela Polícia Civil do Estado, pela CORE, Coordenação de Recursos Especiais, e pela Polícia Federal, o setor de narcotráfico já estão sendo... esse pessoal já está sendo monitorado, porque vem para fazer treinamento. Você vai encarar bandido no morro do Rio de Janeiro? Ele tem treinamento de guerrilha, eles têm treinamento, entendeu? Então, ele tem treinamento com ex-combatente. O crime organizado também botava gente na faculdade, bota para ser bacharel em Direito, para fazer serviço social, para poder estar dentro da comunidade, bota os ex-combatentes para treinarem os adolescentes, treinamento de guerrilha, treinamento forte. Então, para encarar um adolescente, com toda energia, e ele com treinamento, é complicado. Então, é importante. Às vezes tinha bandidos pára-quedistas, PQD, que é a elite do Exército, elite da Aeronáutica e elite da Marinha. E eles faziam o curso e, quando viam que estava pronto, pedia para sair, que ele não era obrigado, não tinha a obrigação. Então, já está sendo feita uma investigação prévia, forte dos alistados, porque o crime organizado estava reciclando esse pessoal nas próprias Forças Armadas, ele estava adestrando pra usar para o crime organizado. Hoje já está menor. Inclusive a minha delegacia, sempre quando tem alistamento, eu mando 10 policiais, 5 e 5, à paisana, e, às vezes, ficam até fardado, bota fardado, tal, corta, tal, porque a “mercadoria”, entre aspas, que é nociva à sociedade, ele não tem como



identificar tão rápido. Que ele conhece os policiais. Justamente para evitar isso. Calça curta, desde 1974 que não tem na Polícia Civil de Pernambuco, desde 1974 que a Polícia é de carreira. E a Constituição Federal diz que o delegado é cargo público e é uma carreira jurídica. Tem que ser bacharel em Direito e concursado. Então, os Estados que tiverem tem que reforçar essa situação financeira para poder ter condição de fazer concurso e ter bons, porque isso é bom para sociedade. Não se admite uma pessoa não estruturada juridicamente, policialmente para poder tomar conta de um inquérito que vai para a Justiça. Isso é uma aberração das aberrações. Limpar a área. Fundamentos: celeridade. Olha, limpar a área, isso é uma ficção em que a cultura... Dizem que os grupos de extermínio matam, mas que só matam bandido. Não, depois vai mata você, ou pode matar um desafeto dele, que é um parente seu, ele não tem limite. Depois que impregna, é complicado, não tem volta. Celeridade no processo. É importante que o processo diminua o tamanho de recurso que tem. Tem inquérito que eu fiz há 4 anos, há 6 anos, que ainda está rolando na Justiça por conta dos advogados que são bons, que começam a empurrar com a barriga. Chama procrastinar o inquérito. Informação e inteligência. A inteligência hoje no SDS já está em nível "A". Fizemos o curso em Brasília e passei pelo departamento, pelo Setor de Inteligência de Brasília e já estamos em nível de Europa e em nível de Estados Unidos. Claro que os equipamentos não são tantos. Você tem bons equipamentos, mas não tem a quantidade que necessário seria. Então, a inteligência nutre a investigação, ela nutre a operação policial. A inteligência é uma radiografia dos pontos de crimes, e a inteligência não faz operação tática. Quem vai botar... Ela me dá todo o mapa, toda a situação, e eu vou, vejo a parte geográfica, ela me dá fotografia aérea também, e aí a gente faz a incursão. Então, é um trabalho para a comunidade, trabalha também interagindo com a comunidade. É atualizado, porque estamos fazendo inteligência em Pernambuco em nível de Primeiro Mundo. Nós já temos os pontos, nós já temos os aparelhos que fazem a leitura, que não precisa mais daquele gravadorzinho com a fitinha. E aí toca o celular... Eu não vou dizer o nosso *modus operandi* para não divulgar, mas toca o celular, se o cara perder, der 3 toques e ele não anotar, ele tem que anotar tudo. Hoje, não. É tudo degravado. Não dá para dizer. O juiz deu a permissão? Deu. Não dá para dizer que o bandido não falou. Está tudo degravado, e



o teste de audiometria referente aos decibéis prova que a corda vocal é a dele, que o som é o dele, emitido por ele. Não tem como. Qual trabalho? De espião? Já foi. Nós éramos o braço armado da parte forte militar. Hoje não. Hoje o trabalho é para a comunidade. Hoje a polícia trabalha para a comunidade e não contra a comunidade. Inclusive, a Polícia Militar está com esse entendimento. A preservação da vida está em primeiro lugar. A sociedade não é o inimiga. É o nosso trabalho final, que é a preservação da ordem pública e o bem comum. Prioridade ou não da SDS. É uma prioridade da SDS, tanto que estão gastando forte. O Governo do Estado, o Secretário de Defesa Social, Dr. Gustavo e o Dr. Aníbal Moura, Chefe da Polícia Civil, estão trabalhando forte, como também o coronel Weldon, Comandante da Polícia Militar. Propostas no combate e se tem alguma informação confidencial. Confidencial, como eu já disse, não, porque nas investigações não se evidenciaram. Só é uma situação nebulosa. E se eu tiver alguma situação, eu mando, como eu vou mandar todo o relato. A proposta é o seguinte: Srs. Deputados aqui presentes numa CPI desta, competente, de alto nível, é importante, até pelos convidados, porque eu sou o simples, mas o nosso Bispo, ele falou, trouxe coisas e situações. Eu sou um infante da persecução criminal. Agora, é importante pessoas que venham aqui para poder vocês maturarem e depurarem mais com a boa vontade, com o conhecimento, e vocês vão adquirir e absorver esses conhecimentos e, automaticamente, através do conhecimento, vai vir a necessidade e a imperiosidade dessa ação que tem que ser urgente, porque o crime organizado cresce em progressão geométrica. E nós estamos crescendo em progressão aritmética. Então, dependemos da boa vontade de vocês e, referente a um bom inquérito, investir na Polícia Civil, investir nas Polícias, na Militar, na Federal e nas Agências de Segurança, que são importantes. Eu agradeço o espaço e peço desculpas pela delonga.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O senhor depois mandará todas as informações, inclusive com inquéritos e índice, pessoas que também tem lá... Eu descobri que tem lá um papa-orelha lá.

**O SR. ROBERTO GERALDO PEREIRA** - Em 50 Municípios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Dr. Roberto, esta Presidência agrade a V.Sa. pela exposição. Ouvi atentamente todas as respostas de V.Sa. e não precisa ser muito inteligente para perceber a capacidade de V.Sa. como delegado.



Parabenizo V.Sa. Lá no meu Estado, Estado de Sergipe, também como Deputado Estadual, contribui em solicitação ao Governador na época para que criasse uma obrigação do Estado de direito e de fato os delegados concursados no Estado de Sergipe. Agora, não sei o porquê, não me pergunte, porque não sou policial, mas afirmo com muita convicção, no início de 95, 96, um delegado calça curta que percebia um salário de 400, 500 reais... E foi criada a lei, porque a lei já existe na Constituição e foi elevado o salário. Hoje, um delegado em Sergipe ganha em torno de 4, 5 mil reais. Mas eu lhe digo com muita segurança: a segurança lá no meu Estado piorou. Não me pergunte por quê. Eu acho... Por exemplo, você chegava a uma cidade do interior, aquele próprio delegado, que às vezes era policial militar, que estava em função de Polícia Judiciária, totalmente em uma função que não era de competência dele, mas, às vezes, eles circulavam junto com a própria Polícia, fazendo aquele policiamento preventivo, inibia. Hoje o Estado, o meu Estado de Sergipe, eu posso lhe dizer, eu gostaria que não, mas é um dos Estados mais violentos da Federação. E hoje ninguém pode mais viver, principalmente na zona rural, porque os delegados com os quais eu contribui, e acho que deve ser, pelo contrário, eu acho que deve ser delegado de carreira, concursado, mas muitas das vezes eles são lotados em uma cidade no interior. Chega final de semana, sábado, se desloca para a Capital, ficam as delegacias entregues praticamente a ninguém e ao crime. Isso aqui é uma coisa que eu estou registrando aqui com conhecimento próprio. Agora, eu acho que ou o Governador do meu Estado, Secretário de Segurança, que amanhã vai vir a esta Comissão, deve tomar uma providência para que esse tipo de crime seja coibido, porque não é possível que o Estado pague bem, passe de uma folha, de um subsídio de um salário de 500 reais para 5 mil reais e não dê resultado na parte policial, na parte que se refere ao crime. Agora, ouvi atentamente também, parabenizo o seu trabalho, mas já vieram várias pessoas aqui do seu Estado, Pernambuco, do Ministério Público, delegados, promotores e fizeram questão de registrar aqui, em audiência aberta, a omissão do Poder Público de Pernambuco em apurar e punir alguns culpados ou alguns criminosos que fazem parte de grupos de extermínio. É verdade que isso acontece lá em Pernambuco?

**O SR. ROBERTO GERALDO PEREIRA** - Nobre Deputado, referente às suas colocações, a gente fica triste quando V.Exa. faz um trabalho, um esforço



sobrenatural, porque não é fácil aumentar despesa. É fácil aumentar receita, impostos e tal, agora, aumentar despesa é complicado. Em contrapartida, o funcionário não presta o seu trabalho. Mas nós temos um modelo em Pernambuco referente ao controle dos policiais no interior. Primeiro, com uma Corregedoria forte, segundo, uma diretoria de Polícia de interior que fiscalize, que puna e que ponha falta, porque, quando bate no bolso, Deputado, aí, automaticamente, eles vão. Então, você pega, lota o delegado na delegacia "x", ele não produz, bota ele mais distante, mete falta nele. Então, automaticamente, lá, a subchefia de Polícia, ela faz diariamente, em todo o Estado, pontuais chamadas aleatórias. Então, sempre todas são chamados durante a semana. E, se o delegado não estiver presente, ele vai ter que justificar isso aí. E se ele levar a segunda falta, aí vão ser computadas as duas faltas. Ele tem direito a uma falta, senão... Agora, ele tem que dar satisfação. Senão, ele é chamado lá na chefatura de Polícia, ou o diretor dele imediato, que é o diretor de Polícia do interior, o chama e ele vai ter que dizer por quê. E vários delegados já pediram aposentadoria por conta disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Mas V.Sa. confirma que em alguns casos existe omissão do Poder Público.

**O SR. ROBERTO GERALDO PEREIRA** - Esses casos, as autoridades que denunciaram, eles sabem de per si, eu não os investiguei. Se existem esses casos, pode ter, existem esses casos, agora, são pontuais, não é um entendimento macro. Como é que eu digo, eu não estou aqui com procuração do Secretário de Defesa ou do Chefe-Geral de Polícia, mas eu estou com a consciência do dever cumprido. Então, referente às investigações, são coisas pontuais, não há uma cultura. Agora, já houve essa cultura do protecionismo. Hoje, não. Hoje situações já são mais pontuais, por quê? Eu, na Delegacia de Homicídios, já indiquei filhos de desembargadores. Eu já indiquei filhos de desembargadores, que o processo está em instrução; já indiquei delegado de Polícia; já indiquei inúmeros agentes de Polícia Civil e comissários, inclusive estou pedindo a preventiva de um essa semana, e já indiquei também inúmeros policiais militares. Então, quer dizer, a situação, ela é pontual. Agora, pode existir e existe. Eu não digo que não existe.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - V.Sa. tem conhecimento do grupo vassourinha lá de Pernambuco. Se existe o grupo de extermínio, esse grupo vassourinha, essa operação vassourinha.

**O SR. ROBERTO GERALDO PEREIRA** - Pois não. Foi feita a operação vassourinha pela Polícia Federal e foram feitas várias escutas por conta da investigação na circunscrição federal, e eles ouviram várias situações — e isso está sendo investigado pela Corregedoria-Geral do Estado e pela Corregedoria de Polícia Federal. Foi ventilado até pela imprensa que crimes foram gravados, quando dessa operação vassourinha. Agora, a gente tem a informação que um dos crimes, por exemplo, o do advogado, que ele foi assassinado e ficou tudo gravado, esse inquérito foi concluído e remetido à Justiça, e os assassinos foram presos. Então, veja, uma situação em que tem proteção de “a” e “b”, quando chega na Delegacia de Homicídio, eu tenho autonomia de agir. Então, se isso fosse uma cultura que as autoridades aqui, e eu não estou desdizendo das autoridade, mas, se fosse uma cultura, eu não teria o livre arbítrio de seguir com o inquérito. Ou avocavam o inquérito de mim, tomavam o inquérito de mim ou simplesmente me tiravam da Delegacia de Homicídios. Eu estou há 4 anos. Eu estou há 4 anos no Núcleo de Chacina e estou há 11 meses como titular da Homicídios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Esta Presidência agradece a V.Sa. Nada mais havendo a tratar, consulto o Deputado Luiz Couto se gostaria de fazer uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, agradecer a contribuição do Dr. Roberto Geraldo. Ele inclusive, no momento em que estiveram os promotores Edgar Braz e o Dr. Humberto Graça e a própria Dra. Lenise, foram eles que indicaram o seu nome, que seria uma pessoa que teria tanta informação como também que tem trabalhado nessa investigação, digo, do extermínio, de uma forma correta. Quer dizer, como o senhor disse, antes de tudo, colocando a vida como o grande dom e procurando combater o crime, mas sem tirar a vida, mas prendendo aqueles que hoje se arvoram no direito de tirar a vida dos outros por dinheiro, de forma que a ação que o senhor faz é uma ação que merece todo o reconhecimento. Tenho certeza de que o senhor também encaminhará toda a documentação com essas informações, todas importantes. E a gente gostaria, somente no final, se o



senhor teria nomes de pessoas ou de autoridades que também pudessem contribuir com a CPI, que o senhor poderia indicar para serem ouvidas nesta CPI.

**O SR. ROBERTO GERALDO PEREIRA** - Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade e parabenizar os nobres Deputados, Presidente desta competente Comissão, o nobre Relator, em que... Se vocês, enquanto autoridades Parlamentares, não tivessem o interesse de estar até esta hora e essa sabatina é o tempo todo, eu sei que é causticante, é trabalhoso, mas aí há o quê? Há o compromisso com a sociedade, o compromisso com os eleitores e o compromisso como um todo com a Nação brasileira. Então, eu parabeno os nobres Deputados pelo trabalho incessante e diuturno que estão fazendo frente, nobre Presidente, Relator, como todos os componentes, a esta CPI de grande importância. E eu indicaria, de bom alvitre, o Chefe de Polícia Geral da Polícia Civil de Pernambuco, Dr. Aníbal Moura, que é um homem que tem conhecimento, já foi delegado de homicídios, já foi 12 anos do grupo de operações especiais anti-sequestro, e agora chefe de Polícia e tem toda uma gama de informação referente ao Estado, coisa que eu não tenho, porque nós somos infantis referente à Delegacia de Homicídios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, mas antes convocando reunião para amanhã, às 14h, com a seguinte pauta: às 14h, audiência pública com o Sr. Luiz Mendonça, Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe; às 16h30min, reunião reservada para tomada de depoimento de 2 testemunhas do programa de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas, cujos nomes não podem ser divulgados. Está encerrada a presente reunião.